



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DA ZONA DA MATA
Ata da 141ª reunião, realizada em 21 de outubro de 2020

1 Em 21 de outubro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Zona da Mata (URC Zona da Mata) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
4 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram
5 os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Leonardo Sorbliny
6 Schuchter, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Rogério
7 Jacinto Gomes, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
8 (Seapa); Laura de Moraes Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de
9 Desenvolvimento Econômico (Sede); Maria Aparecida Freire da Paz, da
10 Secretaria de Estado de Educação (SEE); José Eduardo Duarte, da Secretária de
11 Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Flávio Pereira Silva, da Empresa
12 de Pesquisa e Agropecuária de Minas Gerais (Epamig); Paulo Penteado Pinheiro,
13 da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Anderson de Almeida Pereira, da
14 Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Sônia Maria Jacob Rodrigues,
15 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG);
16 Shermila Peres Dhingra, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
17 (MPMG); Vicente de Paulo Pinto, da Prefeitura Municipal de Ubá. Representantes
18 da sociedade civil: Henrique Damásio Soares, da Federação das Indústrias do
19 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Oliveiro Rodrigues de Almeida, da Federação
20 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Túlio César de
21 Lucca Pereira, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do
22 Estado de Minas Gerais (Federaminas); André Garcia Schmidt, da Associação
23 Brasileira de Geração de Energia (Abragel); Fernando Cesar Peixoto Dias, do
24 Movimento Ecológico e Cultural do Vale do Piranga; Isaac Newton de Oliveira, da
25 Associação pelo Meio Ambiente de Juiz de Fora (AMAJF); Débora Guimarães de
26 Oliveira, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Adonai Gomes
27 Fineza, do Centro Universitário de Viçosa (Univiçosa); Vagner Adriano Ferreira,
28 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG). **Assuntos em pauta. 1) HINO**
29 **NACIONAL BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**.
30 O presidente Leonardo Sorbliny Schuchter declarou aberta a 141ª reunião da
31 Unidade Regional Colegiada Zona da Mata. “Meu nome é Leonardo Sorbliny
32 Schuchter, sou analista ambiental de carreira do Instituto Estadual de Florestas
33 de Minas Gerais, sempre atuei da Superintendência Regional de Meio Ambiente
34 da Zona da Mata como analista ambiental e estou no cargo de superintendente
35 Regional de Meio Ambiente da nossa região, da Zona da Mata, desde meados do
36 ano passado. É a minha segunda passagem no cargo. Conheço aqui alguns
37 conselheiros, outros ainda não, estou tendo a satisfação de conhecê-los. E na

38 função de superintendente Regional cabe a mim também atuar como secretário
39 executivo desta Unidade Regional Colegiada. Excepcionalmente, estarei hoje
40 presidindo a reunião, conforme designação que me foi repassada pelo secretário-
41 executivo do COPAM na data de 9/10/2020, através do Memorando
42 SEMAD/Gabinete nº 163/2020, com os seguintes dizeres: 'Senhores
43 conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do titular e do
44 primeiro suplente representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e
45 Recursos Hídricos (Sisema), junto à Unidade Regional Colegiada da Zona da
46 Mata (URC ZM), conforme composição estabelecida pela Deliberação COPAM nº
47 1.563, de 6/4/2020, indico o Sr. Leonardo Sorbliny Schuchter para presidir a 141ª
48 reunião, ordinária, da Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata, que será
49 realizada no dia 21/10/2020, às 14h, inteiramente digital, seguindo as
50 deliberações do Comitê Extraordinário Covid-19, além das demais normas
51 relacionadas às ações de combate à pandemia gerada pelo novo coronavírus.'
52 Assinou o Sr. secretário-executivo do COPAM e presidente da URC, na data de
53 9/10, Sr. Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto. Teremos uma reunião com
54 alguns momentos importantes, tendo em vista o início de um novo mandato, e,
55 portanto, nós vamos ter aqui o momento da posse, em que os senhores serão
56 devidamente empossados para poderem integrar a Unidade Regional Colegiada
57 e deliberar sobre as matérias aqui previstas no dia de hoje e também nas próximas
58 reuniões. Antes, porém, da posse, cabe a mim fazer uma apresentação aqui. Eu
59 vou rapidamente, dentro das regras que foram estabelecidas, principalmente para
60 essa nova metodologia que é a reunião virtual, reunião remota. Cabe a mim trazer
61 alguns esclarecimentos, algumas informações, algumas diretrizes para a
62 utilização desta ferramenta que nós estamos aqui utilizando, que é a
63 videoconferência. Então nós temos algumas regras e algumas questões a serem
64 abordadas, preliminarmente, e nesse sentido eu quero dar as boas-vindas a todos
65 que nos acompanham pelo YouTube, não só os conselheiros, mas todo o público
66 presente, companheiros de Sisema, senhores empreendedores, senhores
67 consultores. 'Considerando o momento desafiador que estamos vivendo, gerado
68 pela pandemia mundial do novo coronavírus (Covid-19), a Secretaria de Estado
69 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) publicou, no dia
70 24/4/20, a Deliberação Conjunta COPAM/CERH nº 19/2020, suspendendo as
71 reuniões presenciais do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e do
72 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), sem previsão de retorno,
73 como uma das ações de combate à propagação desse vírus. Considerando que
74 a mesma norma, em seu artigo 2º, determinou que a Secretaria Executiva do
75 COPAM e do CERH-MG envidasse os esforços necessários para a realização das
76 reuniões das unidades colegiadas, com tecnologia remota. Dou as boas-vindas
77 aos senhores conselheiros que tomarão posse nesta data de hoje para exercerem
78 mandato nesta Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata (URC ZM) do
79 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) para o biênio 2020/2022.
80 Aproveito este momento de abertura para dar as orientações gerais sobre como

81 serão feitos o andamento e o encaminhamento desta reunião, uma vez que este
82 formato via videoconferência é uma novidade e um desafio não apenas para os
83 senhores conselheiros, mas para todos nós que estamos dando suporte e
84 servindo como órgão técnico. Como já foi passado a todos os senhores, pelo
85 Manual do Conselheiro, e também para aqueles que puderam participar pela
86 reunião de treino realizada com a equipe do Núcleo dos Órgãos Colegiados no
87 dia 19, segunda-feira, anteontem, para solicitar a palavra é necessário levantar a
88 mão, não fisicamente, mas sim a mão virtual que existe dentro do aplicativo de
89 videoconferência que estamos utilizando. Peço a todos que identifiquem e ativem
90 esse recurso neste momento. Para aqueles que participam pelo computador, esse
91 recurso é ativado no canto inferior direito da lista de participantes, clicando no
92 botão 'haise hand', que em português significa 'levantar a mão'. Para aqueles que
93 participam pelo smartphone, esse recurso é ativado clicando no botão 'haise
94 hand', no menu que é aberto após clicar no botão 'mais' no canto inferior direito
95 da tela. Uma vez que a palavra for solicitada, eu concederei a palavra ao
96 conselheiro, e nesse momento ele deve abaixar a mão virtualmente, clicando no
97 botão 'lower hand' ou 'abaixar a mão' em português, localizado no mesmo local
98 do aplicativo onde ele anteriormente clicou em 'haise hand' ou 'levantar a mão'.
99 Peço que desativem a mãozinha virtual agora. Esse procedimento está sendo
100 adotado para evitar tumultos, com vários conselheiros se manifestando ao mesmo
101 tempo, ainda que sem intenção de fazê-lo. Inclusive, para evitar ruídos externos
102 e microfônias, os conselheiros que não marcarem a mão virtual estarão com seus
103 microfones silenciados pelo nosso moderador da videoconferência. Não se
104 preocupem, eu garanto a vocês que estarei permanentemente de olho na lista de
105 pessoas com a mão levantada e garanto também que esta reunião será conduzida
106 com muita calma e sem pressa, de forma que ninguém deixará de se manifestar
107 em momento algum, sempre seguindo nosso Regimento Interno. Portanto,
108 precisaremos que todos aguardem com calma, tranquilidade e paciência a sua
109 vez de falar. No momento da leitura da pauta, após o 'Comunicados dos
110 Conselheiros' e 'Assuntos Gerais', eu farei uma pausa ao terminar a leitura de
111 cada item de pauta. Hoje nós temos três itens de pauta para deliberação.
112 Verificarei quem está com a mão levantada virtualmente e concederei a palavra
113 para aqueles que a solicitarem, para que apresentem seus pedidos de vista,
114 destaques e demais manifestações pertinentes a esse momento da reunião. Após
115 a leitura da pauta, aqueles processos que não tiverem pedido de vista, destaque
116 e nem inscritos serão colocados em votação em bloco. E, diferentemente, do que
117 estamos habituados a fazer, a votação será individualizada. Portanto, cada um
118 dos senhores será chamado a se manifestar. Chamarei cada conselheiro presente
119 nesta reunião pela ordem descrita na Deliberação 1.563/2020, que descreve a
120 composição e designação dos membros desta Câmara, e pedirei ao conselheiro
121 para se manifestar, devendo esse se identificar por nome, entidade que
122 representa e dizer o seu voto. Ao término da votação, após todos os conselheiros
123 já terem votado, aqueles que se abstiveram ou votaram contrário ao Parecer

124 Único serão chamados por este presidente para justificarem seus votos. Após
125 esse momento, passaremos para os itens em que não houve destaques e nem
126 pedido de vista, mas houve inscritos. Cabe aqui destacar, para o conhecimento
127 de todos, que as inscrições estão sendo feitas via formulário virtual,
128 disponibilizado no site da SEMAD, no site dos conselhos COPAM e CERH e
129 também na descrição do vídeo de transmissão ao vivo pelo Youtube. A Secretaria
130 Executiva entrará em contato com todas essas pessoas pelo aplicativo WhatsApp
131 e/ou pelo e-mail. Portanto, nos itens em que houver inscritos, será autorizada a
132 entrada dos inscritos no item de pauta em voga no momento na nossa sala de
133 videoconferência, sendo essa autorização comunicada diretamente aos inscritos
134 pela Secretaria Executiva, para permitir o processo de entrada. No momento em
135 que for dada a autorização para os inscritos entrarem na videoconferência a
136 reunião será pausada, para darmos tempo suficiente para que todos consigam
137 fazer o login. Uma vez que todos tenham entrado, será concedida a palavra aos
138 inscritos, por ordem de inscrição, para que possam fazer sua manifestação dentro
139 dos prazos regimentais. Caso existam dúvidas ou apontamentos pertinentes,
140 debateremos e responderemos como de praxe e, somente após tudo ser
141 devidamente esclarecido, passaremos para a votação, que será feita da forma
142 descrita anteriormente, ou seja, nominal e individualmente. Por fim, passaremos
143 para os itens de pauta nos quais foram feitos destaques. No momento em que
144 passarmos para um item que tenha destaque, os inscritos nesse item de pauta
145 serão autorizados a entrar na sala de videoconferência e passarão a acompanhar
146 os debates por aqui ao invés do Youtube. Ressaltando apenas que ao entrarem
147 na sala de videoconferência os inscritos permanecerão com os microfones
148 silenciados até que lhes seja concedida a palavra. Uma vez sanada todas as
149 dúvidas e esclarecidas todas as questões que porventura surgirem durante os
150 debates, passaremos para o regime de votação, sendo esse sempre como
151 descrito: nominal e individualmente. Creio que com esta explanação tenha ficado
152 claro como será o andamento da nossa reunião. Se algum conselheiro ainda tem
153 alguma dúvida, por favor, levante a mão virtual e lhe será dada a palavra para que
154 manifeste sua dúvida.' Não havendo mais dúvida, nós vamos passar para o
155 próximo item. E tranquilizo os senhores, principalmente os que não estiveram
156 conosco no dia 19, que nós estamos aqui numa primeira reunião virtual, e,
157 portanto, caso aconteça alguma falha da nossa parte, nós buscaremos corrigir
158 imediatamente, e está plenamente assegurada a participação de cada um dos
159 senhores, e toda manifestação será viabilizada. Nós podemos passar. Caso haja
160 alguma dúvida, eu volto a dizer que nós vamos resolver no momento em que ela
161 surgir, diante da nova metodologia." **3) POSSE DOS CONSELHEIROS DA URC**
162 **ZONA DA MATA PARA O BIÊNIO 2020/2022.** Presidente Leonardo Sorbliny
163 Schuchter: "Realmente, é uma grande satisfação recebê-los aqui como
164 conselheiros da Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata. O COPAM é um
165 órgão colegiado já consolidado no nosso Estado de Minas Gerais, como uma
166 função de extrema relevância para a gestão ambiental do nosso Estado, e tenho

167 certeza de que não só aqui na URC da Zona da Mata, mas em todas as instâncias
168 do COPAM, em que nós tivemos a renovação, um novo mandato, com os novos
169 conselheiros assumindo, nós temos aí um novo incremento de pessoas
170 vinculadas à gestão ambiental dispostas a colaborar com a nossa política
171 ambiental do Estado, com o aprimoramento dos nossos procedimentos e da
172 nossa legislação. Portanto, eu acredito e tenho certeza de que todos os senhores
173 estão aqui nesta relevante função com a plena disposição de colaborar para o
174 aprimoramento da nossa gestão ambiental e para a garantia do interesse público.
175 Todos os senhores, antecipadamente, fizeram o encaminhamento do termo de
176 posse, e nesse termo de posse, assinado e verificado pela Secretaria Executiva,
177 os senhores assumiram o compromisso de desempenhar a função. Eu vou fazer
178 uma rápida leitura aqui do termo de posse e em seguida declará-los devidamente
179 empossados. 'Termo de posse dos membros da Unidade Regional Colegiada
180 Zona da Mata (URC ZM) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)
181 para o mandato relativo ao biênio 2000/2022. Aos 21 dias do mês de outubro do
182 ano de 2020, compareceram perante a excelentíssima senhora secretária de
183 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente do
184 Conselho Estadual de Política Ambiental os representantes do poder público e da
185 sociedade civil a seguir arrolados para o ato de posse na condição de
186 conselheiros titulares e suplentes da Unidade Regional Colegiada da Zona da
187 Mata do COPAM, para o mandato relativo ao biênio 2020/2022, nos termos do
188 artigo 15, inciso VI da Lei 21.972, de 21/1/2016; artigo 20 do Decreto 46.953, de
189 23/2/2016; da Deliberação COPAM nº 1.006, de 16/12/2016, alterada pela
190 Deliberação COPAM 1.563, de 6/4/2020. E neste ato prestam compromisso de
191 desempenhar com probidade o exercício dessa função pública e cumprir fielmente
192 todos os deveres que lhes foram atribuídos, os quais exercerão a partir desta data
193 em conformidade com a ética pública. Além disso, assumem todos os encargos
194 do mandato no qual ora se investem, pela defesa do meio ambiente como serviço
195 relevante prestado ao Estado e declaram sob as penas da lei sobre ele não
196 incidirem as vedações previstas nos artigos 51, 52, 53 e 54 da Deliberação
197 Normativa COPAM nº 177, de 22/8/2012. E comprometem-se a observar o
198 disposto nos artigos 61, 62 e 63 da Lei Estadual 14.184, de 30/1/2002. Para
199 constar, lavrou-se o presente termo, que vai assinado pela excelentíssima
200 senhora secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
201 e presidente do COPAM, bem como pelo conselheiro empossado.' E nesse
202 sentido, senhores, nos termos da Deliberação COPAM nº 1.563/2020, eu os
203 declaro devidamente empossados para o exercício das funções de conselheiros
204 da nossa Unidade Regional Colegiada do COPAM da Zona da Mata. Muito
205 obrigado, sejam bem-vindos, mais uma vez, contamos com todo o empenho e
206 toda a capacidade de vocês na deliberação das matérias que forem de
207 competência desta instância do COPAM. Também digo aos senhores que a
208 Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata, assim como o
209 Instituto Estadual de Florestas, como órgãos de execução, como órgãos técnicos,

210 está de portas abertas para recebê-los, para dialogar para buscar a integração
211 com os senhores de cada um dos segmentos que estão aqui representados. O
212 nosso trabalho é, necessariamente, de cooperação, de integração, e todo esforço
213 deve ser feito conjuntamente entre nós servidores do Sisema e os senhores, que
214 representam vários segmentos do poder público e da sociedade civil, para que
215 possamos alcançar e consolidar definitivamente a tão almejada melhoria da
216 qualidade de vida e o equilíbrio ambiental. Nós dispomos de inúmeras
217 ferramentas para a gestão ambiental, e aqui é um espaço para utilizá-las, para
218 debatê-las, mas não apenas aqui, essa integração com os órgãos técnicos tem
219 que acontecer, assim como também os órgãos técnicos dos municípios têm que
220 atuar de forma coordenada com os órgãos técnicos estaduais e assim também
221 com o órgão técnico federal. Nós temos que buscar essa integração
222 incessantemente e com isso viabilizar a melhor utilização dos instrumentos da
223 nossa política ambiental, garantindo os objetivos dessa política ambiental e
224 assegurando acima de tudo que o mandamento constitucional seja plenamente
225 alcançado. Que o que nós temos no artigo 225 da Constituição seja efetivamente
226 uma realidade para todos os cidadãos do nosso país, do nosso Estado, da nossa
227 região.” **4) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
228 Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Eu passo aos Comunicados dos
229 Conselheiros e Assuntos Gerais. Aqui há espaço para considerações, para
230 notícias, para comunicados relativos à atuação dos senhores e de cada um dos
231 segmentos que os senhores representam. Antes de passar a palavra aos
232 senhores, eu gostaria de trazer de minha parte, da parte da Supram e do IEF uma
233 triste notícia. Nós temos, na verdade, duas tristes notícias, são perdas imensas
234 para a sociedade e para esta URC. Nós tivemos o falecimento, infelizmente, no
235 mês de setembro, do nosso conselheiro José Januário Carneiro Neto, que por
236 tantos anos esteve aqui conosco representando a Faemg. É uma perda imensa
237 para a URC, para o município de Ubá, onde ele sempre atuou de forma muito
238 enfática, sendo vereador, presidente da Câmara, além de inúmeras outras
239 atribuições e cargos que desempenhou ao longo de sua vida. Fica aqui o nosso
240 agradecimento, o nosso pesar e o nosso registro em forma dessas simples
241 palavras para enaltecer o trabalho desempenhado pelo Sr. José Januário, não só
242 na URC, mas para toda Ubá e região. E também, infelizmente, tivemos o
243 falecimento de um ex-conselheiro, um profissional brilhante que outrora
244 representou a Universidade Federal de Viçosa e também a Associação Brasileira
245 de Engenharia Sanitária e Ambiental, o nosso querido professor Antônio Teixeira
246 de Matos, que também nos deixou recentemente, deixando muitos ensinamentos.
247 Ele que por aqui passou na URC sempre trazendo para o Conselho grandes
248 contribuições técnicas e também para a equipe da Supram, sempre aberto ao
249 debate, sempre aberto à cooperação. Tivemos aqui um evento com ele há alguns
250 anos em que pudemos passar aqui um dia debatendo questões da área dele, que
251 era a engenharia sanitária, agrícola e ambiental. Realmente fica também para ele
252 e para toda a família dele o nosso registro de pesar e o nosso grande

253 agradecimento por tudo que foi feito, por tudo que foi desempenhado. Passo a
254 palavra ao nosso companheiro conselheiro Vicente. Antecipando mais uma vez
255 meus sentimentos sabendo da grande amizade que unia o senhor ao nosso
256 querido José Januário.” Conselheiro Vicente de Paulo Pinto: “Presidente, eu
257 agradeço com muita emoção as suas palavras com relação ao nosso querido
258 conselheiro José Januário Carneiro Neto, um amigo pessoal, uma pessoa muito
259 querida na cidade. Como você disse, foi presidente da Câmara dos Vereadores,
260 uma pessoa de uma família de um pai que foi 32 anos presidente do Sindicato
261 dos Produtores Rurais, e ele, já no terceiro mandato de três anos, como
262 presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, merece realmente toda nossa
263 homenagem. Foi uma perda muito grande. Eu fico muito emocionado até em
264 lembrar. Estou aqui do lado do tesoureiro, também conselheiro da Supram, que
265 não conseguiu entrar na sala. Está do meu lado aqui. Nós estamos tentando
266 conectar, não conseguimos ainda. De modo que tanto eu como ele, em nome do
267 Sindicato dos Produtores Rurais, e eu que já fui vice-presidente e considero o
268 sindicato como minha segunda casa, quero muito agradecer, senhor presidente,
269 suas palavras, e pode ter certeza de que levarei para a diretoria do Sindicato dos
270 Produtores Rurais e para a família de José Januário Carneiro Neto. Muito
271 obrigado.” Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Muito obrigado, Vicente,
272 pelas suas palavras também. Transmitida, por favor, a todos os companheiros do
273 sindicato e a toda a família do Sr. José Januário as nossas condolências e
274 também a nossa gratidão pelo trabalho aqui desempenhado.” Conselheiro Vicente
275 de Paulo Pinto: “Neste momento, o tesoureiro do sindicato está ao meu lado, o
276 Oliveira. Como não conseguiu conectar, ele gostaria também de dizer umas
277 palavras com relação ao que você acaba de noticiar do nosso amigo José
278 Januário. O senhor permite?” Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Sim,
279 Vicente.” Conselheiro Oliveira Rodrigues de Almeida: “Presidente, eu não vou
280 alongar mais. Faço minhas as palavras do conselheiro Paulo Pinto.” **5) EXAME**
281 **DAS ATAS DA 138ª, 139ª e 140ª REUNIÕES DA URC ZONA DA MATA.**
282 Aprovadas por unanimidade as atas da 138ª e 139ª reuniões da Unidade Regional
283 Colegiada Zona da Mata, realizadas, respectivamente, em 19 de junho e 23 de
284 outubro de 2019 e 19 de fevereiro de 2020. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,
285 Seinfra, Epamig, SEF, Crea, MPMG, Prefeitura de Ubá, Fiemg, Faemg,
286 Federaminas, Abragel, Movimento Ecológico e Cultural do Vale do Piranga,
287 AMAJF. Abstencões: Uemg, Univiçosa e OAB. Ausências: PMMG e Associação
288 Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga.
289 Justificativas de abstencões. Conselheira Débora Guimarães de Oliveira: “Por não
290 estar presente nas reuniões mencionadas.” Conselheiro Adonai Gomes Fineza:
291 “Abstencão por não estar presente nas reuniões, por estar tomando posse hoje.”
292 Conselheiro Vagner Adriano Ferreira: “Porque eu não estava presente nas
293 respectivas reuniões, e estou tomando posse hoje.” **6) FUNÇÃO E ESTRUTURA**
294 **DO COPAM: REGIMENTO INTERNO - DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM**
295 **Nº 177/2012). Apresentação: Supram Zona da Mata. Wander José Torres de**

296 Azevedo/Supram Zona da Mata: “Meu nome é Wander, sou analista ambiental.
297 Entrei pelo concurso de 2006, estou na Secretaria há bastante tempo. Desde o
298 ano passado, estamos desempenhando a função da Diretoria de Controle
299 Processual da Supram Zona da Mata e ficamos muito felizes de poder assessorar
300 a entrada de vocês novos aqui e aqueles que já permanecem conosco. Fica o
301 nosso agradecimento pela disposição em contribuir para melhoria significativa do
302 ambiente em nosso de Estado Minas Gerais. A nossa manifestação de hoje
303 refere-se ao nosso Regimento Interno do Conselho Estadual de Política Ambiental
304 do Estado de Minas Gerais, e basicamente nós temos a Deliberação Normativa
305 nº 177/2012. Como vocês podem perceber de maneira bem clara, nós temos uma
306 deliberação já antiga, de 2012, e a partir daquela data nós tivemos bastante
307 alterações e alterações que mudaram bastante os conceitos, as atribuições do
308 órgão e muitos outros fatores. Então há necessidade de todos os conselheiros
309 que eventualmente venham a ler a Deliberação Normativa COPAM nº 177/2012
310 que o faça com esses olhos críticos. Basicamente, se pegamos o formato da
311 Deliberação, nós vamos ver que vamos utilizar muito a partir do artigo 27 desta
312 Deliberação Normativa, porque os outros já estão bastante defasados e serão
313 alterados ao longo do tempo. Revogações em relação à estrutura do COPAM,
314 atribuições etc. Inclusive, também, competências. Então temos que ter olhar
315 crítico na leitura da Deliberação Normativa 177. Então é essa situação que nós
316 temos que enfrentar, temos que olhar com olhar crítico. Mas eu coloquei na nossa
317 apresentação que vemos a situação hoje do Estado, da preocupação ambiental,
318 a conjuntura de análise de regularização ambiental, e temos que ver uma análise
319 do histórico que aconteceu. Nós podemos falar sobre a tentativa do Estado de
320 compor o Conselho Estadual de Política Ambiental, que já remonta 1980, a Lei
321 7.772/80, com a criação da FEAM e toda a estrutura do Conselho Estadual de
322 Política Ambiental. Logo depois veio a Lei Federal 9.638/81. Então já em 80 nós
323 estamos já com essa concepção vanguardista de que a análise de regularização
324 ambiental deve integrar a população de um modo geral. Então vieram vários
325 normativos, entre eles, eu poderia citar a Deliberação Normativa 30/1998. Então
326 nós vamos ter essa formatação histórica, as duas estão já revogadas. E agora
327 nós temos a nova formatação, a Lei 21.972/2016, que criou a nova estrutura do
328 Sisema, dando uma formatação diferente do que estava em legislações
329 anteriores. E veio a criação do Decreto 46.953/2016. Esse decreto deu um
330 rearranjo na estrutura do COPAM. Então a leitura do Regimento Interno deve ser
331 feita com base nesses dois normativos: Decreto 46.953 e também a Deliberação
332 Normativa 177/2012. É com ela que nós vamos trabalhar agora. Se nós pegarmos
333 a estrutura no Decreto que nós temos, o Decreto 46.953, nós vamos encontrar
334 essa estrutura geral do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais.
335 Lá em cima a Presidência, exercida pelo secretário de Meio Ambiente, hoje na
336 função de execução, de assessoramento e de análise geral. Dentre algumas
337 atribuições que poderíamos dizer da Presidência do Conselho Estadual de
338 Política Ambiental (COPAM), nós temos a avocação de competências. Ele pode

339 avocar todas as Câmaras ou discussões ou temas. Pode avocar também a
340 possibilidade de concessão de ad referendos, que são aquelas decisões
341 antecipadas quando já tem um parecer e há alguma necessidade urgente,
342 premente, para essa execução. E também outras competências. E também
343 determina a composição de articulações políticas de execuções entre o Conselho
344 Estadual de Política Ambiental e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Essa
345 competência está definida no artigo 4º do Decreto 46.953. Além disso, nós vamos
346 encontrar a Secretaria Executiva, que é o braço do Conselho Estadual de Política
347 Ambiental. Ao nível de Belo Horizonte, temos a Assoc, que está trabalhando
348 incessantemente na assessoria junto ao presidente. E quando pensamos ao nível
349 regionalizado, nós vamos ter as Unidades Regionais Colegiadas. Nós vamos
350 encontrar a Secretaria Executiva como braço de execução do Conselho Estadual
351 de Política Ambiental e em nível regional o pessoal administrativo e a parte
352 técnica, que vai fazer as análises que vão ser submetidas a vocês conselheiros
353 dentro das suas competências. E também vamos ter nas Regionais Diretoria de
354 Controle Processual, que faz o suporte jurídico para que os trabalhos se
355 desenvolvam da melhor maneira possível. Então essa é competência da
356 Secretaria Executiva também. Agora o Plenário é o órgão máximo do COPAM,
357 tem as funções mais complexas, porque tem natureza deliberativa, natureza
358 consultiva e também normativa. Ele une todas essas atribuições, que
359 individualmente são executadas, mas também em níveis gerais de política e
360 também de criação de normativas. Então nós temos o Plenário com essas
361 competências que estão definidas no decreto. Logo abaixo nós vamos ter as
362 Câmaras Técnicas Especializadas. Cada uma dentro da sua especialidade tem a
363 sua competência para julgar determinado tipo de matéria que é submetida à sua
364 apreciação, dentro das competências que lhes são afeitas. E no finalzinho nós
365 vamos encontrar as Unidades Regionais Colegiadas, e a Supram Zona da Mata
366 é uma delas, que compõe com o Conselho Estadual de Política Ambiental um
367 órgão regionalizado para o fim de execução e análise de suas competências. O
368 COPAM, de um modo geral, não vai analisar o processo de licenciamento
369 ambiental propriamente dito, mas vai analisar, de maneira recursal, decisões
370 deliberadas pelo superintendente nos seus processos de competência originária.
371 Então derivadamente o COPAM Regional, pelas Unidades Regionais Colegiadas,
372 vai deliberar sobre recursos contra arquivamento e indeferimento de processo de
373 licenciamento ambiental que são de competência do superintendente de deferir.
374 Hoje mesmo na nossa reunião nós temos algumas deliberações a serem
375 tomadas. Nos itens 8.1 e 8.2 são deliberações, decisões tomadas pelo
376 superintendente. Então a competência, em decorrência dessa atribuição própria,
377 vem aos novos conselheiros, que vão deliberar sobre. Além disso, nós vamos
378 encontrar também como competência analisar supressão de vegetação nativa de
379 modo geral. Mas qualquer supressão de vegetação nativa? Não. Tem que ser em
380 estágio médio ou avançado de Mata Atlântica em que não haja um processo de
381 licenciamento ambiental, a não ser aqueles que sejam simplificados. Então a

382 competência será para os não passíveis, analisar a supressão de vegetação
383 nativa de Mata Atlântica em estágio médio ou avançado e também a supressão
384 de vegetação nativa de licenciamento ambiental simplificado, que envolve essa
385 questão relacionada também a supressão. Além disso, nós gostaríamos de
386 comentar que às vezes nas reuniões 'ah, podia fazer uma norma aqui na URC
387 para deliberar sobre determinado assunto'. Nós não temos essa atribuição
388 normativa. É um órgão de deliberação, tem a competência originária e recursal
389 derivada, mas não tem competência normativa. Mas quer dizer que ficamos
390 alheios à política estadual? Não. A URC Zona da Mata pode se valer de alguns
391 outros mecanismos para provocar a indução da política ambiental no Estado de
392 Minas Gerais. Nós temos as moções, que podem ser questão de apreço ou uma
393 indicação de alguma análise melhor detalhada de legislação ou de um modo geral
394 as moções que podem ter atribuição de superintendência como órgão executivo,
395 mas dadas pela unidade colegiada como competência originária. Se vocês
396 tiverem alguma dúvida aonde se valer da competência, realmente tem muitas
397 legislações que estão envolvidas nessa questão. Então nós sugeriríamos a leitura
398 do artigo 9º do Decreto 46.953/2016, que vai dispor de maneira bem clara as
399 competências das Unidades Regionais Colegiadas. Mas de um modo geral foram
400 essas que nós aqui havíamos comentado. Passando à análise do próximo slide,
401 é o que havíamos falado anteriormente, nós temos um esboço da Deliberação
402 Normativa 177, que tratava do Regimento Interno do COPAM. E se você
403 observarem alguns estão hachurados, negritados, e outros não. O que não está
404 negrito, à exceção das disposições finais e transitórias, teve uma alteração
405 significativa nas legislações que foram posteriores e se seguiram à 177/2012.
406 Então é necessário que se faça a perquirição no Decreto 46.953/2016, por essas
407 disposições preliminares, finalidade e competência, órgãos seccionais de apoio,
408 os recursos, organização do Conselho e por fim também a composição do
409 COPAM. Essas são matérias que estão deliberadas em outros normativos
410 específicos. Mas não quer dizer necessariamente que não vamos utilizar. Nós
411 vamos usar bastante a Deliberação Normativa 177/2012. Porque nós temos no
412 artigo 27 e seguintes, basicamente, a regulamentação de como vai se dar o
413 processamento das nossas reuniões e também sobre eventual criação de Grupo
414 de Trabalho. Então nós temos lá ainda em vigor essas competências e esse
415 designativo a serem observados nas nossas reuniões. Apenas fica esse registo
416 para fins de demonstrar o que muitos já sabem, mas eventualmente aqueles que
417 ingressam agora não tenham ainda esse traquejo. 'Aonde eu vou pesquisar isso,
418 aonde que é?' Então é necessário que se faça essa observância antes de
419 qualquer deliberação. 'Ah, a competência é minha?' Não é não. Está no Decreto
420 46.953 e depois na DN 177. Vai ser disponibilizado um link do Trilhas do Saber
421 aos conselheiros que faz essa pequena capacitação para conhecimento da
422 dinâmica da análise de competências das URCs. É bastante importante para nós
423 esse próximo slide, a questão de funcionamento das nossas reuniões das URCs.
424 Um dos aspectos principais, a pessoa fica perguntando: 'O que é quórum de

425 instalação e quórum de deliberação?’ Quórum de instalação, nós temos aqui, em
426 decorrência da publicação da Resolução COPAM 1.566/2020, que estipulou a
427 designação dos membros da nossa Unidade Regional Colegiada, um total de 20
428 membros, conselheiros. Então o quórum de instalação é exatamente a metade e
429 o número superior a ela. Então nesse caso o quórum de instalação das reuniões
430 seria necessariamente 11 pessoas, no mínimo, à exceção daqueles casos de
431 suspensão que eventualmente possam acontecer. Mas para deliberação é
432 diferente. A instalação feita, pode acontecer – e isso já aconteceu várias vezes –
433 que o quórum de instalação foi cumprido, mas durante o período da reunião, que
434 pode transcorrer em um certo tempo, os conselheiros tiveram problemas pessoais
435 etc. e necessitaram da ida a algum outro local, uma urgência, uma demanda,
436 coisas particulares, próprias, que eventualmente a pessoa deixe a reunião. Em
437 deixando a reunião quer dizer que a instalação já foi concluída e precisamos de
438 11 votos para votar cada um dos itens da pauta? Não. Porque o quórum de
439 instalação é um, e o quórum para deliberação é outro. O quórum para deliberação
440 é a maioria daqueles presentes mais um, um número imediatamente superior à
441 metade. Então pode ser que aconteça que iniciemos a reunião com 14 pessoas.
442 Cumpriu-se o quórum de instalação perfeitamente. Mas no decorrer restaram
443 apenas cinco pessoas, porque os conselheiros foram saindo durante o período da
444 reunião, que transcorreu em certo tempo. Pode-se votar, deliberar? Pode. Nesse
445 caso, vamos exigir a maioria simples dos presentes. No caso, três pessoas, dos
446 conselheiros presentes, aprovariam, nesse exemplo que foi dado de cinco
447 pessoas que estavam presentes quando da votação do item especificamente. É
448 assim que funciona. Outra questão que gostaríamos de abordar também – isso é
449 importante para não ter nenhuma dúvida – é sobre a questão relacionada a
450 inversões de pauta, sobre direito de retirada de ponto de vista, votação em bloco,
451 diligência etc. Tem que ter certo cuidado para que a pessoa entenda exatamente
452 o que é, porque às vezes o conselheiro acabou de chegar, e vamos ter um
453 vocabulário de tal maneira que ele vai se perder. Então é necessário que
454 tenhamos essa percepção do vocabulário de que o presidente em exercício vai
455 se valer para a condução dos trabalhos. Então nós temos hoje na nossa reunião
456 dez itens. Só que durante esse período de início da deliberação até o transcorrer
457 final da nossa reunião uma das apresentações a serem dadas, em decorrência
458 de uma eventualidade, de uma necessidade premente da própria pessoa etc., ela
459 requisiu a inversão da pauta. Ou seja, um item que estava no item 9,
460 eventualmente, pode vir para o item primeiro. Isso é a inversão de pauta. Para
461 quê? Para eventualmente atender alguma necessidade premente de algum
462 conselheiro ou de alguma formatação. Ou então o contrário também: quem vem
463 fazer uma apresentação para nós teve um problema na viagem, e é necessária
464 fazer essa apresentação porque foi uma demanda dos próprios conselheiros etc.
465 O presidente então inverte a ordem. Ele não pode chegar agora, mas daqui a uma
466 hora ele pode estar presente. Então ele coloca o item mais atrás, e os que
467 estiverem mais longe de serem analisados vêm para serem analisados

468 primeiramente. Isso é inversão de pauta. Outro ponto interessante também é a
469 retirada de ponto de pauta. Retirada de ponto de pauta seria melhor falar de
470 diligência do que de retirada de ponto pauta de pauta. Vocês vão entender por
471 que. O que nós vamos encontrar como diligência? Às vezes um conselheiro
472 apresenta um fato que demanda uma análise que não foi feita na análise do
473 parecer ou de um ponto de análise de recurso etc. Então se requisita a diligência
474 para esclarecer esse ponto que não foi abordado, eventualmente não foi
475 mencionado pela equipe etc., para aclarar no parecer para se fazer a análise da
476 decisão. Isso é um fato, isso acontece também, baixa em diligência para
477 esclarecer determinado assunto ou um determinado ponto que foi obscuro, em
478 que há necessidade de uma análise mais premente da equipe antes de ser
479 deliberado. Isso é diligência. Visto isso, o que é retirada de ponto de pauta? É
480 tudo que não for diligência, tudo que não se inserir no conceito de diligência, que
481 nós vamos encontrar na própria norma sobre conceito de diligência. Tudo que não
482 for aquilo será 'retirada de ponto de pauta'. E podemos retirar de pauta se para a
483 apresentação a ser dada a pessoa realmente não chegou e não tem condições
484 de chegar no próprio transcorrer da reunião. Então a apresentação que ia ser feita
485 não tem jeito de ser analisada agora porque a pessoa não terá condições de estar
486 presente à reunião da URC. Então o presidente em exercício opta pela retirada
487 do ponto de pauta. E não é diligência, necessariamente, mas vai se dar uma
488 consequência mais ou menos semelhante das diligências etc. Nós temos também
489 os julgamentos em bloco. Exatamente o que foi feito agora no início dos trabalhos,
490 foi lido o item 5, das atas 138, 139 e 140, anteriormente ocorridas. Nesse caso,
491 se não tivesse nenhum tipo de abstenção etc., o presidente em exercício poderia
492 dizer assim: 'Nós vamos votar em bloco, significa que nós vamos colocar todos
493 aqueles itens que não foram objeto de destaque dos conselheiros em votação
494 única.' Quando a pessoa escutar a palavra 'julgamento em bloco', ela já vai
495 perceber que é daqueles itens que foram lidos e sobre o quais não se colocou
496 nenhum tipo de destaque. Então é essa análise que temos que ter sobre o
497 julgamento em bloco. É assim que funciona nas nossas Unidades Regionais
498 Colegiadas e no COPAM de modo geral. Outro item também que nós vamos
499 encontrar é o retorno de vista. É faculdade, prerrogativa do conselheiro o pedido
500 de vista. O pedido de vista tem que ser dado pelo presidente por ser uma
501 faculdade do conselheiro. Mas ele tem um 'porém'. Diferentemente de diligência,
502 retirada de pauta e eventuais outras hipóteses de cancelamento de alguns itens
503 da pauta, as vistas devem necessariamente ser retornadas com o parecer
504 conclusivo do conselheiro ou conselheiros até cinco dias antes do julgamento da
505 próxima reunião. Então necessariamente quando há vista deferida numa reunião
506 necessariamente na próxima reunião esse item vai voltar. Então o conselheiro tem
507 que ter ciência, e o pessoal da unidade executiva nem pergunta para o
508 conselheiro. 'Você já tem o parecer feito para mandar para nós aqui para ser
509 disponibilizado?' Então o retorno de vista tem essa questão. Votação de
510 processos de regularização ambiental e inclusão de condicionantes. Quanto às

511 votações de processo de regularização não tem tanta dúvida. Vamos abrir para
512 votação e vamos julgar. Mas tem uma dúvida sobre a questão das condicionantes.
513 A votação se faz primeiro no processo, primeiro se vota o processo, e depois se
514 votam as condicionantes. Pode ter uma exceção em que aquele conselheiro
515 coloca o seguinte: 'O julgamento da condicionante posta está intrinsecamente
516 relacionado com o meu posicionamento em relação ao processo em si.' Então o
517 Regimento permite ao presidente que se faça a votação tanto do processo quanto
518 de eventuais condicionantes. Agora o que temos que deixar bem claro também é
519 o seguinte. Sobre a questão da votação, especificamente, o que é importante ter
520 de ressaltar nesse ponto? A votação necessita de fundamentação. A votação
521 conforme o parecer, o próprio parecer é a fundamentação, seja pelo deferimento
522 ou seja pelo indeferimento. Se o conselheiro vota conforme o parecer, ele está
523 votando conforme os fundamentos apresentados pelo parecerista da equipe
524 técnica e jurídica que compuseram. Tranquilo esse ponto. Agora 'eu não quero
525 votar, eu quero votar de outra maneira que não seja a votação desse caso'. O
526 Parecer da AGE 16.137 fala o seguinte, basicamente: a votação, por estarmos
527 dentro do poder público, dentro das atribuições do poder público, que necessita
528 de fundamentação, quando o conselheiro, eventualmente, se abster da votação,
529 alegar impedimento ou suspeição, tem que fazer, necessariamente, a justificativa.
530 E se votar contrário também. Então é necessário que se observe esse fato, O
531 parecer da AGE foi dado em um caso específico em que houve prejuízo na hora
532 da votação porque os conselheiros foram se abstendo, e eventualmente o
533 processo caiu, foi julgado contra. Inclusive, se eu não me engano, contra o próprio
534 parecer da equipe técnica e jurídico que integrava o Parecer Único, e esse fato foi
535 submetido a uma perquirição junto à AGE. E a AGE se manifestou. A abstenção
536 propriamente dita precisa, demanda, assim como qualquer outro ato
537 administrativo, de fundamentação, mesmo que simples. Mas uma
538 fundamentação. Então por isso é que veio esse parecer da AGE. Que faz alguns
539 ressaltos, por exemplo, que nós estamos no poder público. A pessoa trabalha
540 articulando uma ONG etc. Mas quando adentra-se aos portões de conselheiro
541 torna-se junto com o poder público, que é votar conforme os atos administrativos
542 gerais, e entre os requisitos do ato administrativo um deles é a fundamentação.
543 Então por isso que nós vamos ter essa vinculação do parecer a nós como
544 conselheiro de modo geral. Se eu não me engano, naquela sessão, os membros
545 do Ministério Público não teria essa vinculação premente como tem para os
546 outros. Mas fazendo essa pequena ressalta eu gostaria apenas de demonstrar
547 esse fato. Comparecimento, ausência e direito de voto. É muito simples, desde
548 1970, temos a legislação ambiental, nós temos vários esforços até para
549 construção de um modelo participativo. É intrigante, fenomenal, eu acho
550 excelente, porque chama, integra a sociedade no processo político de análise de
551 licenciamento ambiental. É bastante inovador, e eu concordo inteiramente com
552 ele. Mas, apesar desse esforço todo, muita das vezes, os conselheiros que
553 optaram pela investidura do cargo, a gente pediria com o coração aberto mesmo

554 que compareçam às reuniões, sejam participativos, para evitar eventual aplicação
555 de penalidade, inclusive. Porque nós temos no Decreto 46.953 a penalidade.
556 Duas faltas consecutivas ou quatro alternadas dentro do período de vigência do
557 mandato vão acarretar sanções, suspensão e, eventualmente, até exclusão da
558 entidade ou órgão. Então foi feito um esforço enorme, e nossos antepassados
559 não tão longe, mas pessoas que já deram sua contribuição para essa formatação
560 do Conselho. Que possamos, em homenagem a eles, fazer esse processo de
561 participação mais ativa e estar presente nas reuniões. É importante. Então essa
562 questão se faz necessário para deliberarmos de maneira melhor para todos. Outro
563 ponto também é que tem o voto comum e o de qualidade. O comum, da própria
564 cadeira, o de qualidade, se houver algum empate. O novo decreto, no entanto,
565 mudou essa formatação. Nós não temos mais para a Presidência a votação
566 comum, nós temos só a votação de qualidade. Então se houver empate, em caso
567 de empate, quem vai desempatar será o presidente. Então é necessário observar
568 não só a Deliberação Normativa COPAM 177, mas também as legislações
569 posteriores, basicamente o Decreto 46.953. Então esse ponto nós temos que ter
570 em mente também. Tempo de manifestação do conselheiro. Vamos fazer uma
571 prévia, rapidinho, que temos lá na votação dos conselheiros, regimentalmente
572 falando, 10 minutos para o conselheiro se manifestar. Pela complexidade da
573 matéria – e já participamos de alguma nesse sentido –, muita das vezes 10
574 minutos não são suficientes. Então dentro dessa liberalidade do presidente – isso
575 é atribuição dele – ele pode eventualmente conceder um pouco mais de tempo,
576 porque às vezes o trabalho é complexo. E vocês vão enfrentar casos assim, os
577 fáceis de analisar e os complexos. Então dentro daquela mola da
578 proporcionalidade e da razoabilidade muita das vezes estendemos um pouco
579 mais a fala dos conselheiros além dos 10 minutos. Outra questão é a
580 manifestação do interessado. Nesse caso, são 5 minutos, prorrogado por mais 1
581 minuto por liberalidade do presidente ou por 5 minutos, em votação do Conselho.
582 Então ao todo nós vamos ter para os interessados 11 minutos de manifestação.
583 Eu participei de muitas reuniões e não vi ainda nenhuma manifestação muito
584 longa de interessado. Um ou outro momento, sim, mas muito tempo assim não. O
585 presidente vai dosar essa medida dentro do momento certo. Nós já havíamos
586 comentando sobre a diligência. Então ela pode ser requerida por qualquer dos
587 conselheiros, é uma providência de esclarecimento de matéria pautada em
588 discussão quando não for possível o atendimento em reunião. A questão de
589 ordem também. Na questão de ordem, esse fato, por incrível que pareça,
590 aconteceu justamente comigo, quando estava presidindo a Unidade Regional
591 Colegiada do Leste de Minas Gerais. Um conselheiro teve uma dúvida sobre
592 aplicação de um dos dispositivos do Regimento Interno. Então ele falou ‘pela
593 ordem’. É uma análise técnica, uma fala técnica. Por ordem ele está se referindo
594 a alguma dúvida que envolva questão de ordem, que é interpretação de regras no
595 Regimento. E foi exatamente isso que o conselheiro fez naquela oportunidade. O
596 que eu fiz? Eu suspendi a reunião durante 3 minutos, que é o permitido, e

597 demande a interveniência da equipe técnica e jurídica. Porque, por incrível que
598 pareça, a demanda envolvia questão técnica e também jurídica. E eu demandei,
599 e foi feito dessa maneira. A questão de ordem é justamente esse fato, é uma
600 suscitação de dúvida que um conselheiro tem, dentro da sua faculdade, o direito
601 de instaurar para fins de eventualmente esclarecer dúvida acerca do Regimento.
602 O pedido de vista, nós já havíamos comentado para vocês, é uma faculdade do
603 conselheiro, uma prerrogativa do conselheiro, que deve ser deferida pelo
604 presidente, e volta na próxima reunião, com os subsídios em cinco dias. Se não
605 voltar com os subsídios em cinco dias, aquela matéria que ele apresentou não
606 pode ser mais objeto de diligência. Mas o conselho pode se manifestar, sim, na
607 reunião, sem problema nenhum, sobre esse fato. Mas aquela matéria não vai ser
608 deliberada. Por exemplo, faltou uma ART que ele alegou e eventualmente não
609 está no processo. Se apresentou fora de cinco dias a questão não pode ser mais
610 objeto de deliberação para pedido de vista. E por fim nós vamos encontrar as
611 moções, como interesse da Unidade Regional Colegiada, que deliberou o
612 seguinte: 'Nós vamos fazer uma moção de um alerta a determinado segmento da
613 sociedade ou setor, uma reivindicação que pode ser encaminhada para a própria
614 SEMAD ou outra estrutura do poder público ou qualquer outro órgão ou até
615 particular, eventualmente. Uma menção honrosa ou pesarosa. E aí já entendemos
616 o conceito da normativa. Regimento Interno, principais aspectos. Isso nós
617 gostaríamos de colocar de maneira bem pari passu, para que o impedimento não
618 seja pedido pelos conselheiros que vão integrar a Unidade Regional Colegiada.
619 Estar impedido, o conselheiro não pode se tiver interesse direto na matéria posta
620 em análise. Se ele tiver interesse, ele tem que se dar por impedido e
621 eventualmente não deliberar sobre a matéria. Porque é dentro do princípio da boa-
622 fé objetiva. O conselheiro tem que ter essa questão. Também nós vamos
623 encontrar o vínculo jurídico, empregatício, contratual com as pessoas físicas ou
624 jurídicas envolvidas na matéria. Esse é outro caso de impedimento também do
625 conselheiro, que temos que ter observância na hora da votação. Eventualmente
626 a pessoa tem uma vinculação específica com o empreendimento. Não pode, ele
627 vai ter que se declarar impedido, porque aí é uma questão que pode culminar em
628 alguma nulidade, alguma responsabilidade, inclusive, para o próprio conselheiro.
629 Tenha participado ou venha participar do procedimento como perito, testemunha,
630 representante ou cônjuge, companheiro, parente e afins, até o terceiro grau, que
631 esteja em uma dessas situações. Então também não pode. Esteja em litígio
632 judicial ou administrativo com o interessado, seu cônjuge ou companheiro.
633 Também nós temos que declarar impedimento dessa votação nesse caso
634 especificamente. Esteja proibido de fazê-lo. Aí a norma que está calcada naquela
635 atividade em exercício pode eventualmente impedir a participação em conselhos
636 ou naquele caso especificamente. Às vezes, o impedimento não foi dado ou a
637 suspeição não foi apresentada de ofício pelo conselheiro. Mas aí tem um
638 empresário ou interessado ou terceiro arguindo o impedimento desse conselheiro
639 no julgamento desse processo. Se ele aceitar o seu impedimento, a coisa finda-

640 se por aí. Se ele não aceitar, remete-se para as vias normais de processo
641 administrativo para avaliar se realmente ele teve interesse pela causa ou se é
642 inimigo mortal daquele empreendedor ou do dono do empreendimento ou amigo
643 íntimo também etc. Isso vai ser analisado, e eventualmente ele pode sofrer a
644 sanção de suspensão ou até mesmo a exclusão. Outra questão é a suspeição. A
645 suspeição é um pouquinho diferente do impedimento. Se no impedimento o caso
646 é específico, é um caso especificamente... Por exemplo, na pauta de hoje, o item
647 9.1. Exemplo, o item 9.1, o conselheiro eventualmente participou como advogado,
648 por exemplo, no passado, do recurso de auto de infração, e não está sendo
649 recorrente essa atividade mais. Ele participou do recurso, e esse recurso vem. Ele
650 tem que se declarar totalmente impedido para essa questão. Agora a suspeição
651 é um pouco diferente, a questão muda de figura. A suspeição tem que ser objeto
652 de recurso próprio. Pode ser arguida a suspeição do conselheiro que tenha
653 amizade íntima ou inimizade notória. Nos casos que foram apresentados. Sobre
654 esses pontos é que nós gostaríamos de remeter ao Regimento Interno, e
655 eventuais dúvidas estamos aqui para esclarecer. Já nos aproximando ao final da
656 nossa apresentação. O exercício das funções do membro do COPAM é vedado a
657 pessoas que prestam serviços de qualquer natureza ou participam direta ou
658 indiretamente da gerência ou administração de empresas que tenham como
659 objeto o desenvolvimento de estudos que subsidiem a regularização. Não se
660 aplica a vedação ao funcionário da empresa, a vedação deve ser declarada pelo
661 membro. Aqui já é diferente, aqui estamos envolvidos com vedação. A vedação
662 aqui não é por um processo especificamente, mas é pelo desempenho de uma
663 atividade que é contraditória ao desempenho do conselho deliberativo. Elenca
664 algumas tipologias, alguns tipos que poderíamos dizer, pessoas que participam
665 diretamente na gerência ou administração que tenha como objeto o
666 desenvolvimento de estudos que subsidiem processos de regularização
667 ambiental. Nesse caso, que prestem consultoria. Aqui não é um caso específico:
668 'Eu já prestei consultoria para o empreendimento, por exemplo, se fosse igual o
669 item 9.2, Armazéns etc.' 'Eu já prestei serviço de consultoria ambiental a este
670 aqui.' Aí é diferente. Aqui não tem só impedimento de atuar nesse processo, tem
671 vedação de atuar como conselheiro. É bem diferente. Enquanto um específico,
672 aqui nós vamos encontrar a natureza genérica do exercício da atividade como um
673 dos integrantes, seja da sociedade civil ou do poder público. Então esse é
674 diferente, esse reconhecimento pode ser apresentado por qualquer pessoa,
675 impugnar. A gente monta o processo administrativo, remete à Câmara
676 competente, e eventualmente poderá ser excluído dos quadros da Unidade
677 Regional correspondente ou do órgão que esteja participando do Conselho
678 Estadual de Política Ambiental. Com essas considerações, é óbvio que não
679 estamos aqui com a pretensão de esgotar toda a matéria, porque o Regimento é,
680 como bem disse o artigo 27, necessita de uma adequação, que será dada por
681 uma normativa específica. Mas até lá nós estamos aí para prestar assessoria no
682 sentido de esclarecimento sobre esses pontos, sobre esses casos e prestar

683 assistência à Unidade Regional Colegiada, dentro das nossas atribuições. Eu vou
684 deixar aqui também um contato, o meu e-mail, e vocês podem eventualmente nos
685 solicitar algum apoio. Foi criado um grupo especificamente dos conselheiros da
686 Unidade Regional Colegiada, onde trocamos informações, o que é muito
687 importante também, para buscar o objetivo finalístico da nossa instituição, que é
688 a melhoria sustentável do meio ambiente. Então com essas considerações
689 agradeço a paciência de todos, e esperamos que a gente cumpra esse objetivo,
690 e eu tenho certeza que vamos cumprir da melhor maneira possível, com o esforço
691 individual, que se agregará ao esforço coletivo auxiliando ao bem público. Muito
692 obrigado.” Conselheiro Flávio Pereira Silva: “Nós estamos assumindo agora a
693 condição de conselheiro, e não é um desejo, é mais um temor de incorrer em
694 provável erro ao longo dos dois anos, eu queria perguntar mais diretamente ao
695 diretor Wander. Nós como conselheiros de outras instituições, se porventura
696 ocorrer algum deslize que implicar na exclusão do conselheiro, qual é a
697 penalidade? Quais seriam as consequências caso venha ocorrer com algum dos
698 conselheiros?” Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “No
699 Regimento Interno, nós vamos encontrar a penalidade de suspensão por até três
700 meses, mas também a eventual exclusão da entidade. São as penas mais graves.
701 Eu gostaria de dizer também que essa aplicação não é feita automaticamente.
702 Nós estamos no Estado Democrático de Direito, e esse fato já nos conduz a uma
703 conclusão muito clara de que há necessidade de instauração de um processo
704 administrativo, e vai se apurar essa responsabilidade ou não. Vão ser garantidos
705 o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. O temor existe, e temos
706 que seguir conforme está no Decreto 46.953 e as questões a serem observadas
707 na 177 quanto a impedimento e suspeição. Mas nós temos que ter a noção
708 também de que não aceitamos no Estado Democrático de Direito que a pessoa
709 liminarmente seja banida de suas atribuições sem que sejam garantidos, no
710 mínimo, o contraditório e a ampla defesa. Inclusive, em decorrência desse fato,
711 recursos são aceitos, sem efeito suspensivo, inclusive. Se o conselheiro disser
712 ‘eu não estou impedido de julgar o caso, não tenho interesse nessa causa, eu
713 mantenho meu voto’, a pessoa pode apresentar eventual, e não é recebido no
714 efeito suspensivo. Mantendo-se o fato, vai para a via administrativa, eventual
715 processo administrativo, aonde ele vai fazer a sua defesa dentro dos requisitos
716 legais. Mas, caros conselheiros, gostaríamos de ressaltar que o Estado
717 Democrático de Direito nos garante isso. É uma ferramenta importante, que são
718 a ampla defesa e o devido processo legal. Não se pode, simplesmente, como se
719 fosse uma chave, descer sobre o pescoço de determinadas pessoas. Nós temos
720 que fugir disso. Recebida uma denúncia, nós procedemos conforme a apuração
721 que nos é atinente e encaminhamos para as vias competentes, onde serão
722 oportunizados ampla defesa e devido processo legal e o contraditório.” Presidente
723 Leonardo Sorbliny Schuchter: “É claro que é a prática do Colegiado que vai nos
724 trazendo as condições para o melhor exercício da função, as dúvidas vão
725 surgindo, os casos vão acontecendo, e com a experiência é que nós vamos

726 aprendendo também. É importantíssimo que os senhores tenham pleno
727 conhecimento do Regimento Interno e das normas que regulamentam o
728 funcionamento do COPAM, mas a prática é que nos dá realmente condições de
729 uma boa atuação, é a experiência, a vivência do Colegiado é que vai nos
730 possibilitar um aprofundamento maior com relação a essas questões que foram
731 mencionadas aqui na teoria. Então para aqueles que estão começando,
732 certamente, nós teremos aqui alguns momentos em que o Regimento será
733 invocado. E aí a cada momento desse nós teremos um aprendizado com certeza.”
734 Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Só uma questão que tem a ver com o
735 Regimento Interno e procedimentos da URC. Eu tive um pouquinho de
736 contratempo na última reunião, em que pedi vista. Eu gostaria de alinhar o
737 procedimento de envio dos relatos por e-mail e quando tiver reunião presencial,
738 quando houver a reunião, a gente assinaria pessoalmente. Porque me foi exigido
739 que antes, para não perder o prazo regimental, eu teria que entregar impresso em
740 Ubá. E a Fiemg já atua no COPAM desde a sua formação inicial e sempre trata
741 dessa forma. Eu queria que vocês avaliassem, não precisam responder agora, se
742 for o caso, só mesmo essa questão. A gente envia por e-mail dentro do prazo
743 regimental e, se for o caso, dentro da reunião, caso volte – esperamos que essa
744 pandemia passe – a ter reunião presencial, no momento da reunião eu faço a
745 assinatura oficial dentro do processo. Essa é a questão que eu gostaria de
746 colocar.” Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Ok, conselheiro. Vamos
747 reavaliar essa metodologia, considerando inclusive este momento da pandemia e
748 a consolidação da videoconferência como uma ferramenta não só para reuniões
749 para tratar de temas específicos, mas também dos Colegiados. Eu acho que nós
750 estamos consolidando esse modelo. Acredito, sim, que as reuniões presenciais
751 vão voltar. Não sabemos em que medida e quando, mas o fato é que realmente
752 podemos aprimorar esses procedimentos quando do pedido de vista. Eu estou
753 disposto aqui, como secretário executivo, a viabilizar a forma para o acesso e para
754 o retorno também.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “Senhor presidente,
755 a minha sugestão é que o relato de vista seja assinado, digitalizado e
756 encaminhado por e-mail.” Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Sim, é uma
757 boa ideia, tendo em vista este momento que estamos vivenciando e também toda
758 a evolução tecnológica que já está aí. Nós temos que nos valer dessas
759 ferramentas para otimizar o nosso tempo e a nossa comunicação.” **7)**
760 **PROGRAMA “DIÁLOGOS COM O SISEMA”: MELHORES PRÁTICAS PARA**
761 **TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS EM PROPRIEDADES RURAIS.**
762 **Apresentação: SEMAD e Centro de Educação Ambiental do Povo do Vale do**
763 **Rio Pomba (Ceavarp).** Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Sejam muito
764 bem-vindos a este ‘Diálogos com o Sisema’ do ano de 2020 na Zona da Mata,
765 com o tema ‘Melhores práticas para o tratamento de efluentes sanitários em
766 propriedades rurais’. Esse evento tem como objetivo promover o debate sobre
767 temas relevantes ao meio ambiente e ampliar o âmbito de discussão sobre a
768 temática ambiental com os setores da sociedade civil. Logo neste ‘Diálogos com

769 o Sisema', iremos discutir sobre as melhores práticas para o tratamento de
770 efluentes sanitários em propriedades rurais, levando conhecimento para uma
771 difusão efetiva na implementação de sistema de tratamento de efluentes
772 domésticos em uma região como a Zona da Mata, que é caracterizada por
773 pequenas e médias propriedades rurais, considerando aspectos
774 socioeconômicos, apresentando práticas acessíveis e de baixo custo que podem
775 e devem ser objeto de políticas públicas municipais e de ações conjuntas entre
776 associações de produtores rurais, o poder público e também o terceiro setor.
777 Como presidente da mesa neste dia de hoje eu também vou atuar aqui como
778 mediador das apresentações deste evento 'Diálogos com o Sisema' e, conforme
779 já falamos no início da reunião, como regra geral, peço a todos que mantenham
780 os microfones desligados durante as apresentações." Rafael Alves de Araújo
781 Castilho/SEMAD: "Eu gostaria de desejar boa tarde a todos e todas aqui,
782 cumprimentando os conselheiros, também cumprimentando os nossos
783 palestrantes, a Sra. Rosa Amaral, da Superintendência de Saneamento Básico; o
784 Sr. Heverson Marangon, do Centro de Educação Ambiental do Povo Vale do Rio
785 Pomba. E fortalecendo aqui nesta abertura a grande importância que o 'Diálogos
786 com o Sisema' tem no contexto de promover não só o debate sobre temas
787 relevantes no contexto ambiental e da realidade local, mas também como um
788 instrumento de educação ambiental e disseminação de práticas, de reflexões e
789 um momento de abertura, conexão e de diálogo com as organizações, o poder
790 público e a própria sociedade. Eu desejo a todos que tenhamos um ótimo evento.
791 Já fica aqui o convite para acompanharem os próximos 'Diálogos com o Sisema'.
792 Até o final do ano, nós teremos mais sete. Amanhã teremos mais um, no Alto São
793 Francisco. Então eu gostaria de registrar aqui os meus agradecimentos, a toda a
794 equipe da Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais que está
795 colaborando na organização deste evento e também à Supram Zona da Mata. A
796 quatro mãos nos ajudamos para que pudéssemos, de fato, promover este
797 momento de diálogo. Então fica aqui o convite para participarem dos demais
798 'Diálogos', aproveitem o debate proposto hoje com o nosso mediador e os nossos
799 palestrantes. E aproveito também para registrar que nesta semana, até o dia 24,
800 nós estamos recebendo submissões de práticas e de projetos para o prêmio 'Boas
801 Práticas Ambientais', uma forma de reconhecimento de projetos e práticas de
802 tecnologia social e sustentabilidade. As inscrições estão abertas. Tanto as
803 pessoas do YouTube quanto os nossos conselheiros que estão participando, caso
804 conheçam ou tenham algum projeto, o submetam. Nós teremos uma grande
805 satisfação de fazer o processo de avaliação e quem sabe reconhecer um dos
806 projetos aqui de alguns de vocês. Muito obrigado." Presidente Leonardo Sorbliny
807 Schuchter: "Obrigado, Rafael. Certamente é uma experiência muito
808 enriquecedora, eu agradeço a todos da sua equipe e a todos da Subsecretaria de
809 Gestão Ambiental e Saneamento. Assim como tivemos no ano passado, é um
810 momento muito interessante para trazer assuntos que são relevantes para a
811 região, para um debate em que os conselheiros, representando aqui várias

812 instituições, de vários segmentos, podem trazer contribuições e atuar como
813 multiplicadores. Isso é muito importante. E também, obviamente, contar com a
814 participação popular. Nós que estamos aqui com uma reunião aberta ao público
815 no YouTube. Eu acho de grande valia realizarmos momentos como este e cada
816 vez mais aprimorarmos e difundirmos boas práticas. Na nossa região, conforme
817 mencionei, nós temos uma característica muito marcante. A nossa realidade aqui
818 é de pequenas e médias propriedades rurais, e muitas vezes o pequeno produtor
819 fica em desamparo, precisa de um direcionamento, de orientação, de programas
820 aos quais ele possa aderir. Porque existe uma intenção de executar essas boas
821 práticas, mas às vezes não se encontra o caminho. Eu digo isso por experiência
822 própria porque, ao longo de alguns anos, inclusive com a colaboração de um dos
823 nossos palestrantes, o Heverson, eu quero iniciei aqui na região, mais
824 especificamente no município onde resido, o município de Tocantins, um trabalho
825 com um grupo de amigos da área ambiental justamente para fazermos um
826 levantamento das propriedades rurais na bacia do manancial do município de
827 Tocantins. E a partir daí, com esse trabalho, elaboramos um diagnóstico para
828 fazer um levantamento dessas propriedades, das condições dessas
829 propriedades, no que diz respeito a área de preservação permanente,
830 saneamento e condições de ocupação dessas áreas. E o que pudemos verificar
831 é que não obstante estando numa bacia de manancial de grande interesse para
832 a coletividade nós não tínhamos ali a presença do poder público de forma
833 organizada, planejada com a visão de futuro. Isso passa necessariamente pelo
834 saneamento e pelo apoio às iniciativas que são às vezes muito simples e carecem
835 de um incentivo, de um direcionamento. Eu digo isso porque, por exemplo, nessas
836 andanças, verificamos que praticamente 100% das propriedades não dispunham
837 de sistema de tratamento de efluente sanitário. Isso dentro de uma bacia de
838 manancial. Vejam como a questão é relevante, e ainda estamos muito atrasados
839 no que diz respeito a ações efetivas, concretas para a preservação da qualidade
840 ambiental. Então eu acho que esse tema foi muito bem-vindo, e certamente esta
841 oportunidade aqui de hoje vai trazer grandes contribuições para a nossa região,
842 e todos aqui vamos poder atuar como multiplicadores e como divulgadores dessas
843 boas iniciativas.” Fernanda Carla Wasner Vasconcelos: “Boa tarde a todos e a
844 todas. Eu gostaria muito de agradecer à Supram Zona da Mata pela acolhida, por
845 contribuir nessa construção coletiva do ‘Diálogos com o Sisema’. Lembrando que
846 o ‘Diálogos’ é justamente o momento que temos para divulgar boas práticas.
847 Como o Rafael mesmo mencionou, não é só reconhecer as práticas, precisamos
848 divulgar, até mesmo porque muitas vezes as pessoas desenvolvem práticas muito
849 bacanas e nem sabem que são boas práticas, porque aquilo é corriqueiro dela,
850 mas para o outro pode ser uma coisa inovadora, apesar de muitas vezes
851 corriqueiras. Então o ‘Diálogos com o Sisema’ é uma proposta justamente para
852 que possamos traçar um diálogo respeitoso, com argumentos técnicos, em que
853 possamos consolidar e divulgar informações e permitir que as pessoas se
854 aproximem do Sisema como órgão que tem por função priorizar a coletividade, a

855 qualidade de vida, a qualidade ambiental, o bem-estar de todos nós que
856 usufruímos do meio ambiente. Hoje a temática é muito pertinente, está
857 intimamente relacionada com os temas de qualidade de vida, bem-estar, trata-se
858 de uma tecnologia que pode ser adotada. Então eu agradeço muito aos nossos
859 palestrantes, que se dispuseram a compartilhar o seu conhecimento a respeito do
860 assunto, a nossa funcionária Rosa Carolina Amaral e o nosso convidado, que foi
861 apoiado também na escolha, o Heverson Marangon, que vai contribuir com a
862 nossa tarde de hoje. Eu agradeço muito a participação de todos vocês. As
863 perguntas poderão ser feitas pelo chat, fiquem à vontade em perguntar e não se
864 intimidem. É um diálogo, não existe uma pergunta melhor do que a outra, existem
865 perguntas, e muitas vezes o que você tem de dúvida pode ser a dúvida de outro
866 telespectador. Então eu agradeço a todos, e vamos colocar a mão na massa com
867 o nosso ‘Diálogos’ Zona da Mata.” Sophia Maria Lins Nunes/SEMAD: “Boa tarde
868 a todos. Em nome da Diretoria de Educação Ambiental, eu queria dar boas-vindas
869 a todos que estão neste evento. Estamos começando nesta tarde de hoje mais
870 um ‘Diálogos com o Sisema’, com esse tema relevante, que é justamente sobre
871 melhores práticas para o tratamento de efluentes sanitários em propriedades
872 rurais. E antes de apresentar eu vou fazer um breve histórico sobre o ‘Diálogos’,
873 qual foi o objetivo da SEMAD ao criar esse tipo de evento, como sendo uma forma
874 de podermos dialogar com os cidadãos e debatermos sobre temas relevantes em
875 cada região do Estado de Minas Gerais. O ‘Diálogos com o Sisema’ foi criado em
876 dezembro de 2017, e nós estamos agora hoje na 18ª reunião desse programa.
877 Nós começamos com trabalhos primeiro somente em Belo Horizonte. Depois o
878 programa se estender e se regionalizou a partir de 2019, tendo como base cada
879 Supram representando as mesorregiões do Estado de Minas Gerais. As reuniões
880 do ‘Diálogos’ são periódicas, abertas ao público, com palestras e debates de
881 temas ambientais de interesse comum. Este ano devido à pandemia nós tivemos
882 que adaptar, assim como várias outras atividades também foram adaptadas, e
883 passamos a fazer o evento nesta modalidade virtual. Mas a forma de conduzir o
884 ‘Diálogos’, a questão da participação do cidadão continua a mesma. Nós vamos
885 ter espaço para debates, vamos abrir para perguntas, porque esse que é o
886 principal objetivo do evento, ter uma escuta ativa e dialogar com o cidadão. Todas
887 as informações com os temas e os eventos do ano de 2020, como também o
888 histórico dos demais eventos que já ocorreram desde 2017, estão disponíveis no
889 site da SEMAD. Para acessar, você procura o ícone ‘gestão ambiental’, depois
890 clica no ícone ‘educação ambiental’, e lá vão aparecer todos os trabalhos e
891 projetos de ações que nós estamos desenvolvendo em 2020, e o ‘Diálogos com
892 o Sistema’ é uma dessas ações. As finalidades do programa são abrir espaço
893 para debate sobre os temas relevantes ao meio ambiente, ampliar o âmbito de
894 discussão sobre a temática ambiental com os setores da sociedade civil, público
895 acadêmico e organizações não governamentais; garantir a democratização das
896 informações ambientais; incentivar a participação da sociedade na preservação
897 do equilíbrio do meio ambiente e na defesa da qualidade ambiental como

898 exercício da cidadania. Aqui o nosso calendário para o ano de 2020. Na semana
899 passada nós tivemos um evento na Supram Leste de Minas, hoje estamos tendo
900 este aqui na Zona da Mata e amanhã teremos outro na Supram Alto São
901 Francisco, com o tema 'panorama e diretrizes da emissão de Documento
902 Autorizativo para Intervenção Ambiental (Daia) de atividades de baixo impacto em
903 Minas Gerais'. Em novembro, teremos mais três 'Diálogos': nas Suprams
904 Jequitinhonha, Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste. Em dezembro, mais três
905 'Diálogos': nas Suprams Sul de Minas, Central Metropolitana e Norte de Minas.
906 Finalizando no dia 8 esta temporada do ano de 2020. Cada região escolheu um
907 tema pertinente, uma problemática, uma necessidade local que ela apresenta. Foi
908 uma escolha das Suprams observando as suas realidades e peculiaridades. Nós
909 agradecemos a atenção de vocês, e todos aqueles que puderem estar
910 prestigiando e participando dos demais eventos, vai ser bem interessante. E essa
911 mesma tabela que foi apresentada aqui está disponível o site da SEMAD. Outra
912 informação é que no final das apresentações terá uma sessão de perguntas,
913 vocês podem ir mandando as perguntas no chat, e também quem quiser solicitar
914 o certificado de participação deverá encaminhar um e-mail para
915 deari.sisema@gmail.com, informando seu nome, telefone, e-mail e instituição e
916 dando uma nota para o evento, de 0 a 10. E depois encaminharemos o certificado
917 para quem desejar. Informo também que o evento de hoje ficará disponível no
918 YouTube e agradeço a atenção de vocês." **Melhores práticas para o tratamento**
919 **de efluentes sanitários em propriedades rurais.** Rosa Carolina
920 Amaral/SEMAD: "Meu nome é Rosa Carolina, a minha casa é a FEAM, e hoje
921 estou na SEMAD, na Diretoria de Abastecimento de Água e Esgotamento
922 Sanitário. A apresentação foi dividida em dois momentos. No primeiro momento,
923 eu vou falar mais do panorama da situação do esgotamento sanitário na área
924 rural, e o Heverson ficou mais com a parte prática mesmo de disposição das
925 principais técnicas para tratamento de efluentes sanitários em propriedades
926 rurais. Inicialmente, eu queria fazer uma contextualização sobre a reforma
927 administrativa que teve em 2019, em que houve a extinção de algumas
928 secretarias e a extinção da secretaria Secir, que era a Secretaria de Cidades e
929 Integração Regional. As funções dela de saneamento foram atribuídas à SEMAD.
930 A FEAM também lidava com a questão do saneamento, tanto da parte de
931 esgotamento como da parte de resíduos sólidos, e também foram transferidas
932 essas funções para a SEMAD. Dessa forma, foi criada a Subsecretaria de
933 Saneamento e Gestão Ambiental, que ficou responsável por propor, definir e
934 supervisionar ações no que se refere ao desenvolvimento políticas públicas de
935 gestão ambiental e saneamento básico. É composta basicamente de duas
936 diretorias na parte de saneamento, que são a Diretoria de Esgotamento Sanitário
937 e Abastecimento de Água e a Diretoria de Resíduos Sólidos e Drenagem. Para
938 trabalhar o tema, primeiro temos que saber o que seria essa população rural,
939 como é a população rural no Brasil. É uma população bastante variada, indígenas,
940 agricultores, proprietários de terras, populações tradicionais, quilombolas,

941 extrativistas, pescadores. Nós temos, em menor frequência, aqueles proprietários
942 ligados ao agronegócio. Então podemos observar que a população rural brasileira
943 é bastante diversificada, tem cultura diferente, posição social diferente e a questão
944 econômica também. Cada território do Brasil tem uma diversidade dessa
945 população rural. Hoje temos em torno de 40 milhões de pessoas que vivem em
946 localidades rurais no Brasil, representando aproximadamente 16% da população
947 brasileira, pelo Censo IBGE de 2010. Minas Gerais tem aproximadamente 3
948 milhões de habitantes nessas localidades rurais e 8,8 milhões de domicílios rurais.
949 Temos um mapa com a representação da população rural no Brasil. Minas Gerais
950 está entre os Estados que têm população rural expressiva, como eu falei
951 anteriormente, em torno de 3 milhões de habitantes. Para implementar o
952 esgotamento sanitário nessas áreas rurais, temos várias dificuldades de
953 implementação. Entre essas dificuldades, foram identificados a dispersão
954 geográfica, o isolamento político e geográfico das localidades e seu
955 distanciamento das sedes municipais; algumas localidades são de difícil acesso,
956 tanto por via terrestre como fluvial; temos limitação financeira e de pessoas
957 também por parte dos municípios, o que dificulta a execução dos serviços
958 voltados para o saneamento. Aqui eu abro um parêntese de que não é só na área
959 de saneamento na área rural, mas também temos que lembrar que Minas Gerais
960 tem em torno de 853 municípios, a maioria dos municípios tem abaixo de 20.000
961 habitantes, e muitas vezes, por dificuldade financeira e de pessoal técnico
962 qualificado, as ETEs funcionam de forma bastante precária. Quando estávamos
963 trabalhando na FEAM na parte do levantamento da situação do esgotamento
964 sanitário nos municípios, observamos que muitas vezes essas ETEs operam de
965 forma precária e muitas vezes também sem regularização ambiental. Isso é uma
966 limitação das pessoas, que também evidencia na sede desses municípios. Outras
967 dificuldades identificadas foram ausência de estratégias que incentivam a
968 participação social e o empoderamento dessas populações e a inexistência ou
969 insuficiência de políticas públicas de saneamento rural nas esferas municipais,
970 estaduais e federal. Como falei anteriormente, eu vou focar mais o panorama
971 mesmo do esgotamento sanitário, como está no Brasil e falar um pouquinho de
972 como está em Minas Gerais, e o Heverson vai detalhar mais essas práticas, como
973 são implementadas nessas áreas rurais. De acordo com o Programa Nacional de
974 Saneamento Rural, que fez um levantamento da situação de esgotamento
975 sanitário nessas áreas rurais, identificou-se com atendimento adequado aquela
976 população que possuía uma coleta domiciliar de esgoto seguida de tratamento ou
977 possuía a fossa séptica ou possuía fossa seca, nos casos de indisponibilidade
978 hídrica. E o atendimento precário, aquela população que possuía rede de coleta,
979 mas não tinha tratamento ou possuía uma fossa rudimentar. Entende-se por fossa
980 rudimentar apenas um buraco, que às vezes as comunidades fazem no solo.
981 Existem os casos sem atendimento adequado e outras situações que não se
982 enquadrariam nem em adequado nem em precário. E se observou que a maioria
983 das soluções adotadas, quando eram soluções coletivas, eram presentes nas

984 comunidades mais consolidadas, e as comunidades mais dispersas adotavam
985 mais soluções individuais. No caso da região Sudeste, se observou que naquelas
986 regiões que estavam mais próximas ao núcleo urbano tinha redes de coleta.
987 Como falei anteriormente, temos em torno de 30 milhões de pessoas que vivem
988 nessa área rural, e apenas 20% dessa população se enquadram nesse
989 atendimento adequado em relação ao esgotamento sanitário. Ou seja, eles
990 coletam esgoto e realizam o tratamento; 54% com atendimento precário.
991 Evidenciamos a presença de coletas sem tratamento ou das fossas rudimentares;
992 e 25% sem atendimento. Lembrando que a maioria da população que não tem
993 atendimento de esgotamento sanitário são aquelas residências que estão mais
994 dispersas e também muitas vezes com ausência de banheiro ou sanitário.
995 Evidenciamos também que a maioria da população que não tem atendimento são
996 aquelas populações também que têm uma baixa renda. Temos um gráfico
997 mostrando, por exemplo, que a região Sudeste tem a presença das fossas
998 rudimentares praticamente em todas as regiões do Estado e do Brasil,
999 evidenciando que é uma prática bastante adotada; e na região Sudeste também
1000 não é diferente das demais, observamos também a presença das fossas
1001 rudimentares. De 1991 a 2010, nós temos a situação no Brasil. Observa-se que
1002 houve um aumento da implantação de fossas rudimentares de 59% para 64%. E
1003 houve diminuição da implantação de fossas sépticas: tinha 26% em 1991 e foi
1004 para 16% em 2010. E houve um aumento de 91 para 2000 de lançamento de
1005 esgotos em rios, lagos e mares, e em 2010 isso prevaleceu. Então observa-se
1006 que houve uma piora na destinação correta desse esgotamento sanitários, dos
1007 efluentes. Muitas vezes foi observado que o esvaziamento das fossas foi feito
1008 pelos próprios moradores, que muitas vezes não possuem conhecimento ou não
1009 tomam os cuidados necessários para remover o lodo das fossas de forma
1010 adequada. Isso também não ocorre somente na área rural, observamos também
1011 nos municípios. No levantamento que realizamos na bacia do Velhas, vários
1012 caminhões limpa-fossa coletam das fossas e lançam diretamente nos cursos
1013 d'água sem dar o tratamento adequado a esse efluente. Muitas vezes, os solos
1014 são impermeáveis, e há relatos de extravasamento das fossas em épocas de
1015 chuvas, o que pode provocar contaminação do aquífero. Há culturas de construir
1016 novas fossas em substituição às que chegam ao próprio limite de capacidade. E
1017 em outros lugares constataram-se abandono do uso da fossa após o seu
1018 enchimento e o retorno à prática da defecação a céu aberto. Tem a relação de
1019 esgotamento sanitário nos biomas. Eu separei Mata Atlântica, Cerrado e
1020 Caatinga, que são os biomas presentes em Minas Gerais. Observa-se que para
1021 a população do bioma da Mata Atlântica 19% usam fossa séptica; no Cerrado,
1022 11%; e na Caatinga apenas 7,5%. Evidencia-se novamente a questão da fossa
1023 rudimentar sendo a principal prática adotada em todos os biomas, acima de 50%
1024 da população adotando a fossa rudimentar. Em relação a cor da pele e a etnia,
1025 observa-se que a população branca é uma população que tem o melhor
1026 atendimento, com 77% da população com os esgotos sendo destinados a fossa

1027 rudimentar, vala, rio, lago e mar; e da população indígena 89% tem sua
1028 destinação para fossa rudimentar, vala, rio, lago e mar. De 2000 a 2010, não
1029 houve mudanças significativas em relação a essa situação. Em relação a renda,
1030 aquelas populações que têm a renda inferior a um salário-mínimo são aquelas
1031 que destinam a maior porcentagem de esgotos a fossa rudimentar, vala, rio, lago
1032 e mar. E aquela população com renda superior tem uma destinação melhor
1033 desses esgotos. E lembrando também que da maioria da população de baixa
1034 renda do Brasil 25% estão na área rural. Em relação a Minas Gerais, como
1035 estamos trabalhando essa questão do saneamento rural, essa parte do
1036 esgotamento sanitário? Na FEAM, quando trabalhávamos, focávamos mais a
1037 questão dos municípios. Quando foi para a Suges, em 2019, tivemos esse desafio
1038 de trabalhar também a questão do saneamento nas áreas rurais. Nós vamos
1039 lançar no final do ano dois panoramas, na nossa diretoria: um panorama de
1040 abastecimento de água e outro de esgotamento sanitário. Nós vamos fazer um
1041 diagnóstico da situação, tanto do esgotamento como do abastecimento de água
1042 no Estado, e traçar políticas públicas para melhorar o acesso a esses serviços,
1043 aumentar a universalização desses serviços para a comunidade, incluindo a rural.
1044 Estamos fazendo esse levantamento com dados secundários, da ANA, da
1045 regularização ambiental. E pedimos ajuda aos municípios também, através do
1046 questionário que foi enviado aos municípios. É um questionário que trabalha os
1047 quatro eixos do saneamento, é bastante objetivo, é um questionário simples, que
1048 englobava também a área rural para conhecermos a realidade da área rural do
1049 nosso Estado. Esse questionário foi lançado, e, no entanto, não tivemos uma
1050 resposta bastante expressiva dos municípios. Estendemos até o final agora de
1051 setembro, mas mesmo assim não tivemos aquela resposta que esperávamos.
1052 Dos 853 municípios, em torno de 200 questionários que obtivemos de resposta.
1053 Então ficou muito aquém do que esperávamos para começar o nosso trabalho.
1054 Como falei, o questionário trabalhou os quatro eixos: resíduos sólidos, drenagem,
1055 abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estamos na parte de tabulação
1056 desses resultados neste momento para poder construir o panorama junto com os
1057 outros dados secundários. Outra iniciativa da nossa subsecretaria é o Plano
1058 Estadual de Saneamento Básico. Ele já foi contratado, está em elaboração. É uma
1059 ferramenta de planejamento estratégico para os serviços de abastecimento de
1060 água e esgotamento sanitário e limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e
1061 drenagem urbana e manejo de águas pluviais no Estado, tem uma duração de 18
1062 meses para ficar totalmente concluído. Nós já estamos recebendo alguns
1063 produtos desse do plano. Vamos ter um diagnóstico situacional, a atual situação
1064 do saneamento no Estado, englobando, inclusive, essas áreas rurais. É um
1065 prognóstico para verificar as demandas dos serviços e traçar o provável
1066 desenvolvimento futuro. E as ações, projetos e programas com definições de
1067 metas e estratégias de atuação para cada área de eixo do saneamento, inclusive,
1068 do esgotamento sanitário. Lembrando que pelo levantamento feito no panorama
1069 da área rural observou-se que algumas diretrizes devem ser levadas em

1070 consideração na hora de implantação da adoção de práticas para tratamento de
1071 efluentes sanitários em propriedades rurais. O Heverson vai apresentar essas
1072 práticas que são adotadas. Mas sempre devemos levar em consideração que
1073 devemos sempre priorizar a implantação de serviços de esgotamento sanitária de
1074 maior aceitabilidade e de fácil manejo pela população local. Nós evidenciamos
1075 isso muito na FEAM quando trabalhávamos com a parte de esgotamento
1076 sanitário. Que mesmo nos municípios de pequeno porte, devido à falta de pessoal
1077 qualificado, recursos, muitas vezes a ETE era implantada, operava de uma forma
1078 bastante precária, muitas vezes o efluente era lançado sem atender aos padrões
1079 de lançamento, devido a essa precariedade de operação. Outra coisa que temos
1080 sempre que garantir é fomentar a participação da população nas etapas de
1081 concepção, implantação, operação e manutenção de serviços. A comunidade tem
1082 que participar para buscar soluções de esgotamento sanitário que sejam
1083 adequadas às condições locais. Temos que levar em questão essa diversidade
1084 dessa população rural, a população quilombola, a população indígena, que são
1085 populações diversificadas. A escolha da melhor forma tem que sempre levar em
1086 consideração essa cultura local e sempre dar preferência a essas tecnologias
1087 sociais e sustentáveis que promovam também a recuperação de nutrientes e a
1088 produção de energia. Estimular o manejo adequado do lodo para seu
1089 aproveitamento na agricultura ou outras atividades essenciais. Seria isso que eu
1090 gostaria de passar para vocês, um breve histórico mesmo do panorama do
1091 esgotamento sanitário na área rural, o que a Suges está implementando, que são
1092 os diagnósticos para podermos traçar políticas públicas e melhorar essa questão
1093 da universalização de acesso a essa área de esgotamento. E agora o Heverson
1094 vai passar para você a questão das melhores práticas que estão sendo adotadas
1095 nas comunidades. Eu queria agradecer a todo mundo e deixar meu e-mail para
1096 vocês em caso de maiores informações ou dúvidas. Obrigada a todos.” Heverson
1097 Vieira Marangon/Centro de Educação Ambiental do Povo do Vale do Rio Pomba:
1098 “Boa tarde a todos os conselheiros e conselheiras, a todos que estão nos ouvindo
1099 e nos acompanhando no canal do YouTube, nosso presidente Leonardo, também
1100 grande amigo. Muito obrigado pelo convite, é um prazer estar aqui hoje podendo
1101 compartilhar um pouco da experiência adquirida com o tempo de trabalho já que
1102 venho desenvolvendo na nossa região através da nossa instituição, que é um
1103 centro de educação ambiental regional, onde nós trabalhamos com a questão
1104 socioambiental. Parabenizar o primeiro evento do ‘Diálogos’ aqui na nossa
1105 Regional. Isso é muito bom. Até em conversas, Leonardo, que nós já tivemos, até
1106 mesmo como seu aluno, você sempre enfatizou essa questão da participação da
1107 sociedade nas reuniões. Com essa junção do ‘Diálogos’ estamos conseguindo
1108 trazer o maior número de pessoas a participar. Isso é muito bom, acabou sendo
1109 um gancho, um chamariz para a população ter maior participação. Voltando ao
1110 tema da apresentação, muito boa, eu vou aproveitar o gancho da sua fala e
1111 também da fala do Leonardo quanto a esse panorama, esse diagnóstico na nossa
1112 região. Aproveitando esse gancho, eu gostaria de questionar a todos, porque até

1113 agora nós falamos de um problema, de uma necessidade, mas será que ainda a
1114 questão do saneamento rural é somente uma necessidade? Por que nós estamos
1115 hoje trazendo esse tema, dentre vários outros temas que poderiam estar sendo
1116 discutidos aqui hoje? Pegando o gancho na fala do Leonardo e da Rosa sobre a
1117 questão da nossa região, trazendo mais um zoom para a nossa região, dentro do
1118 meu conhecimento, que seria a região da bacia do Pomba e Muriaé. O Leonardo
1119 falou muito bem da questão de Tocantins, a Rosa falou de uma forma mais geral.
1120 Se pegarmos essa região de que eu tenho domínio e conhecimento, é uma região
1121 em que nós temos na área rural duas atividades predominantes. Na bacia do
1122 Pomba, a bovinocultura de leite e corte. Já mais para a bacia do Muriaé, nós
1123 temos a predominância da atividade de cafeicultura, apesar de ter outras
1124 atividades também. Mas eu sempre brinco que nós estamos ainda na época do
1125 café com leite na nossa bacia do Pomba-Muriaé. É claro que nós temos outras
1126 atividades, a parte industrial, pega de Muriaé, Leopoldina, Cataguases, Ubá,
1127 Rodeiro, Piraúba, algumas cidades circunvizinhas a Ubá já mais industrializadas.
1128 Se pegar a região de Dona Euzébia, já é o polo de produção de mudas, que já
1129 ramificou para cidades circunvizinhas. Mas no geral a nossa região é uma região,
1130 como o Leonardo já citou, rural. E o que vem acontecendo na nossa região? A
1131 população rural vem envelhecendo, isso é comum em todo o Brasil, e
1132 conseqüentemente as atividades vêm reduzindo. O potencial produtivo do ser
1133 humano, até um pico de idade, reduziu, e você reduz conseqüentemente. Na área
1134 rural, tendo o aumento de idade, tem essa redução da mão de obra braçal, e isso
1135 é visível até mesmo devido não só à questão de idade, mas estar havendo uma
1136 redução de mão de obra disponível. As pessoas estão buscando diminuir as suas
1137 atividades e torná-las mais eficientes, conseqüentemente, buscando diversificar e
1138 trabalhar de uma forma mais sustentável, buscando agregar valor aos seus
1139 produtos. Para que isso tudo aconteça, o principal item a ser trabalhado seria
1140 adequação da propriedade rural, e essa equação, claro, passa também pela
1141 questão do saneamento. Seria um dos pontos que eu destaco. Uma outra questão
1142 também a ser destacada é que com esse merecimento as pessoas mais jovens,
1143 os filhos, alguns estão retornando, e outros conseguem instruir seus pais também
1144 a terem práticas mais sustentáveis nas suas propriedades, com isso passando
1145 também pela adequação ambiental e também trabalhando a questão do
1146 saneamento rural. Um outro lado também que eu queria destacar é que nós, com
1147 essa questão da pandemia, até mesmo antes, nos grandes centros urbanos as
1148 pessoas estão se aposentando e envelhecendo e buscando ter uma propriedade
1149 rural, onde ela vai ter uma melhor qualidade de vida, produzir seu próprio
1150 alimento, produzindo um alimento orgânico com o objetivo de comercializar
1151 somente para manutenção dos gastos com a manutenção da propriedade. Sendo
1152 assim, nós temos agora até mesmo com a questão da pandemia o que eu estou
1153 chamando de êxodo urbano. Diferente do êxodo rural, são as pessoas voltando
1154 da área urbana para ocupar as áreas rurais, mas de uma forma um pouco
1155 diferente do êxodo rural, elas estão vindo mais conscientes e preparadas.

1156 Preparadas financeiramente, porque já fizeram a sua vida na parte urbana, já têm
1157 sua renda garantida e voltam com outra consciência e também buscando uma
1158 adequação ambiental para sua propriedade rural. Outro ponto muito importante
1159 que vem culminar com todos esses fatores é que na nossa região está tendo
1160 agora uma visão de que nós temos um grande potencial turístico para essas
1161 nossas áreas. Minas Gerais é uma região muito bonita, a Zona da Mata tem
1162 grande potencial, cachoeiras, até mesmo por conta do nosso relevo, e agora
1163 estamos descobrindo esse potencial que até então estava adormecido. Com isso,
1164 as propriedades rurais para poder receber por isso também passam por uma
1165 adequação ambiental. Sendo assim, eu gostaria de trazer vocês para um
1166 raciocínio de que hoje nós não temos simplesmente uma necessidade, mas, sim,
1167 uma demanda pela questão do saneamento rural, práticas técnicas que vêm a
1168 melhorar a qualidade ambiental da propriedade e resolver a questão do
1169 saneamento. Com essas demandas, surgem as oportunidades. Oportunidades
1170 mesmo de mercado, e que hoje ainda nós não temos mão de obra qualificada
1171 para poder atender essa demanda, que seriam pessoas habilitadas a oferecer
1172 uma mão de obra com o objetivo de implantação dessas tecnologias. Então eu
1173 gostaria de trazer esse novo olhar para vocês dentro já desse panorama que o
1174 Leonardo trouxe, a Rosa também, mas trazendo uma visão mais de uma
1175 demanda de uma oportunidade. A minha apresentação vai cada vez afunilando,
1176 dando um zoom no tema. Não podemos deixar de relatar para as pessoas que
1177 estão nos acompanhando no YouTube que quando falamos de tratamento de
1178 efluentes sanitários nós estamos falando de saneamento. E as técnicas que eu
1179 vou estar apresentando aqui hoje são todas tecnologias sociais. Tecnologias
1180 sociais nada mais são do que, a partir de um conhecimento comum, aquela região
1181 se adaptou a ela de acordo com as suas necessidades e disponibilidade de
1182 implementos, insumos e desenvolveu um sistema que atenda às suas
1183 características. Isso é uma definição que eu uso como tecnologia social. Temos
1184 uma definição de saneamento básico, que é o conjunto de serviços públicos. Até
1185 foi alterada agora com o nosso novo marco regulatório do saneamento. E temos
1186 os eixos de atuação. Quando falamos em saneamento básico, temos que lembrar
1187 que não estamos falando só de esgotamento sanitário, mas temos também o
1188 abastecimento de água potável, limpeza urbana, manejo dos resíduos sólidos e
1189 drenagem e manejo das águas pluviais e urbanas. Eu já deixei destacado o
1190 esgotamento sanitário porque seria nesse tema que nós vamos agora nos
1191 aprofundar. Trago uma imagem para que possamos fazer uma reflexão de como
1192 é hoje o saneamento na nossa região. Eu sempre utilizo essa imagem: um córrego
1193 aonde temos uma casinha acima, o fluxo do córrego, com uma pessoa fazendo
1194 descarte do seu esgoto diretamente nesse curso d'água; e abaixo nós temos uma
1195 outra pessoa fazendo a captação dessa água e o seu consumo. Pensando em
1196 uma bacia hidrográfica, isso é comum na nossa região, uma região de morro,
1197 onde culturalmente as casas foram construídas às margens dos cursos d'água,
1198 mais na parte de baixo, devido à utilização do próprio curso da água para descarte

1199 de esgotamento sanitário e também com o objetivo de fazer uma captação de
1200 água de uma nascente em um ponto superior que desse caimento a uma caixa
1201 em que seria realizado o abastecimento de água na residência. E sem nenhum
1202 tipo de tratamento, as pessoas abaixo fazendo o consumo dessa água sem
1203 nenhum tipo de tratamento. Hoje nós temos uma forma de ocupação um pouco
1204 diferente. Se formos analisar, passando nas estradas, eu gostaria que vocês
1205 fizessem essa reflexão: hoje as casas estão sendo construídas mais na parte
1206 superior das propriedades. Não sei se vocês já tiveram essa percepção. Será por
1207 que estão construindo as residências mais na parte superior? Será que porque
1208 estão pensando em preservar mais os cursos d'água, será que é por conta da
1209 visão somente? Tem outro lado que é importante destacar, que hoje nós temos a
1210 tecnologia de bombeamento, com isso as casas vêm sendo construídas mais na
1211 parte superior, claro, para ter maior visibilidade, um local talvez de melhor
1212 posicionamento para a casa, mas graças a essas tecnologias de bombeamento
1213 que hoje permitem que as casas sejam alocadas na propriedade em qualquer
1214 local que se queira. Mas em consequência disso, sem o sistema de tratamento de
1215 esgoto, o que vem acontecendo? Essas residências estão sendo construídas, e,
1216 consequentemente, o esgoto, que não é um item da casa a ser planejada, aonde
1217 ele será descartado é simplesmente pensado por último. 'Ah, depois eu dou um
1218 jeito.' Chama o arquiteto, faz o desenho da casa, vem o engenheiro, monta tudo
1219 direitinho, a pessoa constrói, e depois se penso no que fazer com o esgoto. E aí
1220 é feito geralmente um descarte diretamente no solo, através de uma fossa negra
1221 ou fossa rudimentar, como a Rosa já expôs agora há pouco, ou simplesmente é
1222 feito o descarte no solo. E com isso a captação de água fica abaixo da localização
1223 da propriedade. Aí a pessoa continua realizando a contaminação. Dessa vez, um
1224 pouco diferente dessa imagem. Aqui uma imagem de uma propriedade que
1225 contamina a água da outra propriedade. Dessa forma que estamos ocupando
1226 hoje, as propriedades contaminam a própria água. Eu dou como exemplo que
1227 sábado passado eu instalei um sistema que vou estar apresentando para vocês
1228 aqui agora, e a realidade era essa. Era uma chácara onde a residência tinha uma
1229 fossa rudimentar, essa fossa rudimentar saturou, e logo abaixo, menos de 20 m,
1230 tinha um poço, desse poço freático, e a pessoa utiliza a água dele para consumo.
1231 Aí vem a pergunta: será que esse poço estava sendo contaminado ou não por
1232 essa fossa? Mas é a nossa realidade. Agora entrando no nosso problema, que é
1233 o esgotamento sanitário doméstico, lembrando para aqueles que não tenham o
1234 conhecimento, mas de esgotamento sanitário nós temos o industrial, e vamos
1235 estar falando aqui especificamente do doméstico, trabalhando com unidade
1236 familiar, unidade familiar rural ou uma residência rural. E desse esgoto sanitário
1237 eu trouxe para vocês uma definição, que na verdade consiste no despejo
1238 proveniente da água utilizada para fins higiênicos. Até destaquei o problema que
1239 é o despejo, onde descartar, de que forma descartar esse esgoto. É nesse ponto
1240 que vamos estar aprofundando agora. Não sei se vocês sabem, mas eu deixo até
1241 a pergunta e gostaria que cada um fizesse sua reflexão de onde é produzido o

1242 esgoto da sua residência. Alguém já parou para pensar em quais pontos produz
1243 o esgoto? Essa é uma pergunta que eu gostaria de deixar para vocês refletirem.
1244 E eu gostaria de passar para vocês aqui que esse esgoto para que seja tratado
1245 de uma melhor forma e através de uma dessas tecnologias, que são tecnologias
1246 simples, nós temos que fazer uma separação desse esgoto. Eu trouxe até uma
1247 separação que comumente realizamos, que seria separar esse esgoto em águas
1248 cinzas. Aqui está 'águas negras', mas são águas do vaso sanitário. É um termo
1249 que já vem sendo utilizado há muito tempo. E onde é formado, como dividir essas
1250 porções do esgoto? Nós temos a produção de esgoto diretamente no vaso
1251 sanitário. Então essa é fácil, 'águas do vaso sanitário', o próprio nome diz. Aqui
1252 eu coloquei como 'águas negras'. Então seria separar essa porção do efluente
1253 proveniente do vaso sanitário das demais porções do esgoto produzido dentro da
1254 residência. Seriam os outros pontos: lavanderia, pia de cozinha, chuveiro,
1255 lavatório. Fazer a separação desse esgoto dentro da rede, que seria a rede de
1256 esgotamento sanitário da residência. Pegando o total do esgoto produzido em
1257 uma residência, nós temos a sua composição da seguinte forma: a composição
1258 em água, de 98% a 99,9%; e apenas 0,1% a 2% sólidos. Aí eu gostaria de trazer
1259 para vocês também uma reflexão. Será que nós precisamos gastar isso tudo de
1260 água para simplesmente fazer o carreamento dessa concentração de sólidos?
1261 Esse é um questionamento que eu gostaria que cada um refletisse. Para vocês
1262 terem ideia, a produção de esgoto por pessoa/dia vai de acordo com a classe
1263 econômica. Dando a variação de 100 l por pessoa/dia e a 160 pessoas/dia. Vamos
1264 colocar uma média na nossa região de 120 l de esgoto por pessoa/dia. Dessa
1265 produção de esgoto, nós temos, dividindo em águas cinzas e águas do vaso
1266 sanitário, para águas do vaso sanitário uma concentração de 50 l por pessoa/dia;
1267 o restante seria as águas cinzas. Será que realmente precisamos gastar isso tudo
1268 de água para exercer nossas atividades diárias para fins higiênicos? Isso é um
1269 questionamento que eu trago para vocês refletirem comigo. Agora nós vamos
1270 começar a ver os sistemas de tratamento que podemos estar utilizando. A Rosa
1271 bem destacou na sua apresentação que nós temos que identificar qual o sistema
1272 para melhor atender àquela localidade, atender à necessidade. Cada região tem
1273 características específicas que vão demandar um sistema específico para poder
1274 atender a sua demanda. Nem sempre é um sistema que encontramos na internet
1275 e vai atender nossa demanda. Para começar a fazer a separação e conhecer
1276 esses sistemas, eu trago aqui algumas formas que sempre utilizo, que seriam
1277 quanto ao tipo e os modelos que vamos encontrar. Os tipos de fossa que vamos
1278 encontrar no mercado hoje sempre separamos em pré-moldadas e construídas.
1279 Essa seria uma primeira separação para começarmos a entender e conhecer.
1280 Porque se você digitar na internet você vai achar vários modelos diferentes. O
1281 pré-moldado, o próprio nome já fala, já é pré-fabricado, pré-construído. Você
1282 compra e vai montar na sua residência. As construídas, você vai comprar todos
1283 os insumos, todos os materiais e construir do zero, vamos dizer assim. Essa seria
1284 uma primeira separação. Agora os modelos. Na verdade, eu vou apresentar cinco

1285 modelos, mas os outros dois modelos são modelos com outras finalidades.
1286 Lembrando que os sistemas que vou apresentar para vocês aqui, esses três
1287 modelos, são exclusivamente para tratamento das águas do vaso sanitário.
1288 Porque essa porção de esgoto residencial é aonde nós temos a maior
1289 concentração de contaminantes. Seria maior concentração de matéria orgânica,
1290 maior concentração de microrganismos patogênicos, que nós mesmos liberamos
1291 no meio, e retornam para nós através de algum vetor, seja a água, contato direto
1292 ou por um inseto. Então nós sempre focamos o tratamento dessa porção do
1293 esgoto. Já na porção das águas cinzas, apesar de ser um pouco, a concentração
1294 de contaminação é inferior. Sendo assim, a forma de tratamento é mais simples
1295 de ser realizada, não há muita preocupação quanto à destinação. Mas eu vou
1296 passar para vocês aqui uma forma destinação mais correta de se realizar. Antes
1297 até mesmo de falarmos desses sistemas, eu gostaria de destacar para vocês uma
1298 parte desses sistemas de esgotamento sanitário que geralmente é esquecida
1299 quando se pensa em tratamento de esgoto em uma área rural. Ou não é
1300 observada, pior ainda, quando você chega lá para instalar seu sistema, e esse
1301 item acaba prejudicando a instalação e também a forma de operacionalizar o
1302 sistema, conseqüentemente, afetando a eficiência. Lembram que eu falei que o
1303 ideal é separar as águas cinzas das águas do vaso sanitário? Os sistemas são
1304 projetados para poder fazer o tratamento das águas do vaso sanitário, e se você
1305 não separa, o que vai acontecer? Vão também as águas cinzas para o sistema,
1306 prejudicando o seu funcionamento. Então se você não observa a questão da rede
1307 de esgotamento sanitário dessa unidade, dessa residência, acaba prejudicando o
1308 funcionamento do sistema. Hoje se pegarmos a maioria dos sistemas de
1309 esgotamento sanitário rural sendo instalados, que estão dando problema, eu vou
1310 dizer para vocês que a maior chance de acontecer esse problema seria a falta de
1311 observação na construção ou mesmo de instalação desse sistema de rede de
1312 esgotamento sanitário. Eu trouxe algumas imagens em que vou construir com
1313 vocês aqui uma percepção da forma melhor a ser construída uma rede de
1314 esgotamento sanitário. A primeira coisa, antes de pensarmos na escolha do nosso
1315 sistema a ser implantado na nossa residência, é avaliar a nossa instalação dessa
1316 nossa rede de esgotamento, para que possamos até evitar surpresas. Quando
1317 pensamos em uma residência, é tranquilo, você pode até comprar um sistema e
1318 chegar lá sem fazer a avaliação. Mas quando penso em um projeto para uma
1319 comunidade, uma bacia hidrográfica, se não fizer uma avaliação prévia, isso pode
1320 impactar significativamente o meu projeto, vai impactar diretamente no meu
1321 orçamento, prejudicando, atingindo o objetivo do projeto. Eu trago para vocês uma
1322 imagem de um banheiro muito simples, o chão é todo de cimento, de concreto
1323 batido, a maioria está descascando. Nós temos o vaso sanitário com a tubulação
1324 diretamente ligada à caixa de descarga. Do lado, o cestinho. Esse tubo que está
1325 subindo é o tubo do lavatório. Esse banheiro é um banheiro que está com a rede
1326 interligada, não há uma separação de rede fazendo aquela separação de que eu
1327 falei para vocês, fazendo a separação das águas cinzas das águas do vaso

1328 sanitário. Sendo assim, para instalação de um sistema, prejudicaria o seu
1329 funcionamento. Sendo assim, temos que fazer esse desmembramento, a
1330 execução do desmembramento desse banheiro. Aí eu pergunto a vocês. O que
1331 vocês acham? Será que é fácil ou difícil executar o desmembramento da rede
1332 desse banheiro? Eu digo para vocês que é um sistema fácil de ser desmembrado.
1333 Por quê? Aqui nós temos um banheiro onde, qualquer intervenção que eu fizer,
1334 com a massa comum eu vou resolver o problema. Diferente de um banheiro que
1335 seja todo com porcelanato, com piso. Aí é mais difícil fazer uma separação,
1336 mesmo que essa separação seja possível até mesmo nesses banheiros um pouco
1337 mais bem acabados. Mas a análise é fundamental para aí, sim, se pensar em qual
1338 sistema se implantar. Mostrando a imagem do mesmo banheiro, fizemos a
1339 separação das redes, esse desmembramento. Quando eu falo de surpresas, olha
1340 só, uma caixinha do chuveiro. Quando pensamos em projeto, temos que prever
1341 isso. Se você quebra um banheiro, tem que reformá-lo. E quando não faz um
1342 cálculo, uma avaliação precisa, como essa caixinha estava toda quebrada, teve
1343 que ser reposta. É um custo não previsto. E a imagem de um outro banheiro já
1344 com características diferentes, um banheiro com um acabamento melhor. Mas
1345 mesmo assim é possível fazer a separação, o desmembramento da rede. Nós
1346 temos o desmembramento da rede sendo realizado retirando somente as águas
1347 cinzas. Geralmente fazemos é isso, vamos priorizar por passar uma tubulação
1348 mais fina, que é destinada às águas cinzas, o ralinho, o lavatório do banheiro; e
1349 deixando a rede principal, que é a do vaso sanitário, que geralmente é tubulação
1350 diferente, de 100 mm. Para as águas cinzas, temos tubulação de 40 mm, 50 mm,
1351 que é mais fácil de cortar o piso e passar com ela. Para vocês terem ideia, tiramos
1352 três pisos e uma fita e depois conseguimos reformar esse banheiro. Até levanto a
1353 importância de que, quando forem construir a casa, guardem e os pisos, porque
1354 em uma necessidade vai precisar. Aqui já trago para vocês uma imagem da forma
1355 correta. Vamos pensar nas redes de esgotamento sanitário das nossas
1356 residências. Vamos já pensar nessa rede desmembrada, os dois ralinhos, já
1357 subindo a tubulação para as águas provenientes do lavatório, e uma tubulação de
1358 100 mm para o vaso sanitário. Seria uma rede construída da forma correta, já
1359 prevendo a instalação de um sistema que vou estar mostrando para vocês. Aí já
1360 seria uma imagem de uma rede do lado externo da residência. É uma residência
1361 bem simples, mas na verdade seria essa forma a ser montada. Tem uma caixa
1362 de gordura, um recipiente redondo, maior, interligado nessa tubulação. A partir de
1363 agora o foco da apresentação vai ser mais essa porção das águas a serem
1364 tratadas devido à sua alta carga de poluição. Mas a caixa de gordura seria o
1365 primeiro item de tratamento das águas cinzas, interligada diretamente na pia de
1366 cozinha. Porque nós já sabemos que a gordura ou óleo têm uma alta capacidade
1367 de contaminação, e com a caixa de gordura retemos esse material. Está saindo
1368 ali uma tubulação próxima ao nosso profissional em saneamento rural. Como falei
1369 para vocês da demanda, falta esse tipo de profissional no mercado. Temos duas
1370 tubulações. A tubulação mais fina, a tubulação que está vindo do ralinho do

1371 banheiro, do lavatório, e está sendo conectada abaixo da nossa caixa de gordura.
1372 Não adianta conectar a tubulação antes da caixa de gordura. O que vai
1373 acontecer? Vai ter um excesso de volume de água sendo passado da caixa de
1374 gordura, vai travar a caixa de gordura. Então nessa porção das águas cinzas
1375 colocamos abaixo da caixa de gordura. Nós temos a tubulação do vaso sanitário,
1376 exclusivamente para o vaso sanitário, que está sendo direcionada para o sistema
1377 de tratamento de esgoto, exclusivo para essa porção do esgoto sanitário dessa
1378 residência. Futuramente, vai ter uma separação maior ou sistemas que venham
1379 tratar tudo. Já temos, na verdade. Mas a tendência também é de ocorrer uma
1380 maior segregação dessas redes dentro da residência, para facilitar até mesmo o
1381 reaproveitamento dessas águas. Agora nós vamos conhecer na verdade o
1382 sistema. São dois tipos de fossa biodigestor. Eu trouxe uma definição para vocês,
1383 que eu utilizo muito: são unidades que desempenham funções múltiplas de
1384 sedimentação da matéria orgânica e redução dos materiais flutuantes. Seria um
1385 processo de biodegradação da matéria orgânica, de biodigestão, nada mais do
1386 que bactérias, alta capacidade de depuração de matéria orgânica, bactérias que
1387 vivem em meios com pouca presença de oxigênio, que fazem essa degradação,
1388 se alimentam da matéria orgânica. E depois desse processo de biodegradação
1389 essa matéria orgânica vai sedimentar. As fezes vão reduzir de tal forma que vai
1390 sedimentar simplesmente em material que eu chamo de material mineralógico,
1391 minerais mesmo sedimentados ao fundo da fossa. Depois eu vou trazer para
1392 vocês imagens. Não vejo a sedimentação de todo o lodo nesses tipos de
1393 sistemas, mas, sim, somente desse material. E os modelos são de fossas sépticas
1394 biodigestoras, tanques sépticos interligados em série. E agora vamos começar a
1395 ver quais os materiais que utilizamos e qual é a forma de operação deles. Esse
1396 seria o primeiro modelo que eu comecei a trabalhar. Eu peguei esse sistema e
1397 adaptei. A tecnologia social vai sofrendo adaptações de acordo com as
1398 necessidades e peculiaridades locais. Com isso, cada técnico utiliza do seu
1399 conhecimento achando uma forma melhor de funcionamento do sistema. Esse
1400 sistema é construído a partir de tambores que o Brasil importa, embalagens que
1401 seriam descartadas, embalagens de volume de 200 l a 240 l. Um sistema desse
1402 depois de construído, esses tambores se tornam tanques sépticos. Nós temos o
1403 primeiro item do sistema, uma válvula de retenção, essa tubulação de 100 mm,
1404 que conecta diretamente no vaso sanitário. Essa tubulação não vem diretamente
1405 para o nosso sistema. Essa válvula de retenção tem três funções. A primeira
1406 função: esse sistema é um sistema vivo, que depende de bactérias para poder
1407 fazer o seu processo. Se é um sistema vivo, temos que adicionar essas bactérias
1408 no sistema. Apesar que nós temos também um pouco dessas bactérias dispensas
1409 no ambiente, no próprio intestino, mas precisamos inserir bactérias mais eficientes
1410 no sistema para que ele tenha um bom funcionamento. Esse sistema foi pensado
1411 para a área rural, onde seriam adicionadas bactérias provenientes do rúmen de
1412 animais ruminantes. O gado bovino tem dois rúmens, e o último rúmen tem essas
1413 bactérias altamente eficientes na degradação de matéria orgânica. E nós fomos

1414 lá e nada mais que pegamos um bolo fecal fresco do gado, onde vamos encontrar
1415 uma grande concentração dessas bactérias, e adicionar a água fazendo uma
1416 diluição, onde nós adicionamos pela nossa válvula de retenção. Seria a primeira
1417 função da nossa válvula de retenção. A segunda função dessa válvula de
1418 retenção seria uma válvula onde tivéssemos um ponto de análises de
1419 funcionamento do sistema, será que está entupido, será que a descarga está
1420 funcionando. Você destacar e analisar. E a terceira é a sua capacidade de
1421 retenção para caso venha a ocorrer algum entupimento, alguma enchente, algum
1422 fator desses, para que não volte nada para o seu vaso sanitário. Então seriam
1423 essas três funções. Dando seguimento à visão dessa tubulação, nós temos a
1424 interligação, primeiro, do antisséptico, onde nós temos um Joelho que direciona
1425 esse fluxo de descarga para a parte inferior do sistema fazendo com que sempre
1426 faça um movimento de mergulho e não o movimento de bater, como se fosse um
1427 liquidificador. Então vai fazer sempre esse movimento de mergulho, e a tendência
1428 do material orgânico é suspender, ficar boiando, vai sofrer a biodegradação e
1429 decantar no que eu falei que seria como se fosse um material mineralógico. Então
1430 a função desse Joelho é sempre fazer esse mergulho, fazer com que no volume
1431 já acumulado quebra a velocidade desses resíduos lançados, e não faça uma
1432 grande movimentação dentro do sistema. Nós temos na outra parte uma
1433 tubulação que vai fazer a função de um sifão. Esse sistema funciona todo por
1434 gravidade. Tem a primeira entrada, entrou, o sifão vai puxar uma porção desse
1435 líquido – que já está há mais tempo ali, já está passando por um processo de
1436 biodegradação, já está mais estabilizado – para o segundo tanque. É um sistema
1437 de biodegradação da matéria orgânica. Quando falamos em biodigestão, eu pelo
1438 menos lembro, sempre assisto ao Globo Rural. Não sei se vocês têm esse hábito
1439 de assistir a esse programa. Mas lá sempre passa biodigestor. Quando fala
1440 ‘biodigestor’, eu lembro sempre daqueles grandes tanques que fazem o
1441 tratamento dos efluentes de grandes suinoculturas, de grandes confinamentos de
1442 gado, com o objetivo de tratar aquele esgoto, mas também produzir gases que
1443 têm capacidade de combustão e são destinados para fazer aquecimento das
1444 granjas ou até mesmo a produção de energia. Esse sistema aqui funciona da
1445 mesma forma, tem o mesmo princípio. Só que compacto. E vocês podem ver que
1446 ele tem um tubo que é um suspiro, porque no processo de biodegradação vai ser
1447 produzido o gás, não só o gás metano, mas o biogás, a junção de vários gases,
1448 que tem essa capacidade de queima. Ele é disperso e nesse sistema não é
1449 aproveitado. Passando para o segundo, através do sifão, o segundo tanque
1450 séptico, o segundo tambor. Vai correr o mesmo processo, só que com uma baixa
1451 carga de matéria orgânica, porque já passou pelo processo de biodegradação no
1452 primeiro tanque. Ali tem ainda uma produção de gás. Por isso ainda no segundo
1453 tanque tem um suspiro também para a saída desse gás. No terceiro tanque, vocês
1454 podem ver que tem um sistema de filtragem. Esse sistema de filtragem, eu até
1455 retirei. Por quê? A Rosa até falou sobre os problemas do funcionamento dos
1456 sistemas de tratamento de esgoto. Um dos grandes problemas de deficiência do

1457 seu funcionamento é a consciência da população que faz o seu uso. Se a
1458 população não for conscientizada, sensibilizada, instruída sobre como descartar
1459 o seu esgoto, vem a prejudicar o sistema. Imaginem fazer a limpeza de um filtro
1460 desse de um último tanque de fossa de uma residência onde as pessoas, mesmo
1461 sendo instruídas, ainda têm uma certa resistência. Por isso nós retiramos esse
1462 filtro e transformamos em um filtro para a vala de filtração. Seria após o sistema
1463 uma forma de filtragem. É dessa forma que nós fazemos aqui hoje a parte de
1464 filtragem. E esse sistema é confeccionado pensando em atender uma unidade
1465 familiar com cinco pessoas. Para chegar a esse dimensionamento, foi feito um
1466 cálculo, e nós trabalhamos com um tempo de detenção hídrica para que esse
1467 sistema traga um resultado, uma boa eficiência no seu funcionamento. Então se
1468 eu tiver uma residência com maior número de pessoas eu tenho que aumentar
1469 sua capacidade. No sistema nós estamos pensando em 200 l, então uma
1470 capacidade total de 600 l. Mas nós temos um volume útil, mesmo assim
1471 atendendo a uma família com até cinco pessoas. 'E se eu tiver uma família com
1472 menos número de pessoa eu posso reduzir o sistema?' Não, vamos manter o
1473 sistema com três tanques, que vai melhorar a eficiência dele. Se aumento a
1474 capacidade, esse tempo de detenção hídrica... O que seria esse tempo de
1475 detenção hídrica? No momento que eu dei descarga, caiu no primeiro tanque, e
1476 essa porção de esgoto vai passar por todo o sistema até sair, vamos dizer assim,
1477 lá na frente tratado. Esse tempo é calculado, é o tempo que tem para poder fazer
1478 o processo de biodegradação, decantação, estabilização, e realmente termos o
1479 tratamento finalizado. Nós temos um outro sistema, que também é um sistema de
1480 fossa biodigestor. Vocês podem ver que o fluxo é o mesmo, são tanques sépticos
1481 interligados em série fazendo o tratamento. Só que, observem, a capacidade dele
1482 é maior. É uma capacidade de 3.000 l. E nós trabalhamos com caixas de água de
1483 1.000 l cada. É um sistema construído pela Embrapa, um sistema muito difundido,
1484 que tem uma diferença do primeiro, que é a possibilidade de utilização do
1485 biofertilizante. Nesse sistema vai ocorrer o funcionamento mesmo daquele cálculo
1486 do tempo de detenção hídrica somente nos primeiros dois tanques sépticos. O
1487 terceiro funciona como um armazenamento do biofertilizante. Aí eu faço a
1488 pergunta para vocês: um sistema desse atenderia quantas pessoas? Façam os
1489 cálculos quem está acompanhando a apresentação. Se para um sistema de 600
1490 l eu consigo atender uma família de cinco pessoas, para um sistema com
1491 capacidade de 3.000 l, sendo na verdade 2.000 l operacional e 1.000 l
1492 simplesmente de armazenamento. Então fica para vocês fazerem o cálculo. Já
1493 respondendo essa pergunta que passei para vocês, esse sistema também é para
1494 atender uma família com até cinco pessoas. 'Por que, Heverson, esse sistema só
1495 atende esse número de pessoas, sendo que seu dimensionamento é muito
1496 maior?' Se lembram que eu falei que esse sistema tem, na verdade, o objetivo de
1497 também produzir o biofertilizante? Sendo assim eu tenho que ter uma
1498 estabilidade, uma garantia de um bom tratamento desse esgoto para que eu
1499 possa estar produzindo o biofertilizante. Então a capacidade de armazenamento,

1500 o tempo de detenção é maior. Por isso ainda continua com cinco pessoas na
1501 residência, o que é na verdade, se formos ver hoje, um padrão. Hoje não tem
1502 famílias com mais de cinco pessoas. Pode ser uma ou outra que venham a ter um
1503 número maior. Pode ter menor. Na área rural encontramos um casal mais um filho
1504 ou uma casa em que venha o pessoal passar o final de semana. Então por isso
1505 que é importante fazer primeiro o diagnóstico para ver. 'Será que esse sistema
1506 vai atender à característica da sua região?' É importante fazer essa análise antes
1507 de chegar e propor um sistema a ser implantado. Eu já passei para vocês o
1508 sistema esquemático nesses dois modelos e vou mostrar para vocês algumas
1509 imagens da forma de construção. Essa primeira, que seria sem o uso do
1510 biofertilizante e também a fossa biodigestor, é o primeiro sistema de tambores. A
1511 montagem do sistema, e vocês podem ver uma das ferramentas principais,
1512 essenciais, para a montagem de um sistema de tambores seria uma furadeira
1513 com as serras copo. Essa que utilizamos de 100 mm, de 75 mm e de 20 mm, que
1514 seria equivalente a uma tubulação de meia para poder fazer o suspiro. Vocês
1515 podem ver que está sendo feita a perfuração do tambor para aí, sim, fazer a
1516 construção do sistema, sendo esse tambor construído em um tanque séptico.
1517 Lembrem que eu falei para vocês da divisão? Pré-moldados e construídos. Esse
1518 sistema enquadra-se como sistema de fossas construídas. Estamos comprando
1519 todos os materiais e iniciando do zero a sua construção. E sempre atentar para a
1520 construção desse sistema, furar sempre na parte mais superior para que tenha
1521 um aproveitamento dos tanques para quem tenha uma maior capacidade útil do
1522 sistema. Aí a parte de montagem, esse sistema sendo construído, com quatro
1523 tanques, onde temos uma família com maior número de pessoas. Por isso que
1524 nós estamos construindo o sistema com quatro tambores. Vocês podem ver o
1525 formato do tambor. Um tambor de boca maior. Você encontra vários tipos de
1526 tambor no mercado. Sempre atentar para os tambores de maior boca, porque são
1527 tambores que fazem o transporte de produtos alimentícios. Na maioria das vezes
1528 é feito dessa forma. Agora quando pegamos tambores que têm a boquinha
1529 pequena, tampinhas pequenas, são tambores que foram utilizadas com a
1530 finalidade de transporte de produto químico. Então esse tipo de tambor não é
1531 utilizado, não é indicado a ser utilizado para construção desse tipo de sistema,
1532 porque são produtos químicos, muitas das vezes produtos químicos vão estar ali
1533 presentes ainda na embalagem e podem prejudicar o funcionamento do sistema.
1534 Esse sistema, como vocês podem ver, também é construído de forma da abertura
1535 do terreno, uma vala. Se pensar para um sistema com três tambores, uma vala
1536 com dimensões de 2,80 m de comprimento por 1 m a 1,20 m de profundidade. Vai
1537 depender da rede. Por isso é importante fazer análise da rede, a profundidade
1538 que essa rede está vindo, porque são sistemas construídos através de um
1539 funcionamento por gravidade. Com uma largura de 1 m, podendo depois reduzir
1540 para largura até de 80 cm. Como falei que são mais imagens, eu vou dar uma
1541 acelerada. Imagem da tubulação das águas cinzas passando, imagem da válvula
1542 de retenção no primeiro tanque séptico, e abaixo outros tanques sépticos

1543 interligados. A vala de filtração, o local de descarte de efluente do sistema. Um
1544 sistema já em operação. Geralmente nas apresentações conseguimos abordar
1545 todo o tema, mas vamos passando aqui mais rapidamente só para conhecerem.
1546 Um sistema com um ano de uso. O lodo geralmente é formado na parte superior
1547 e não na parte interior do sistema. Com isso facilita muito a sua limpeza manual.
1548 A Rosa também falou sobre essa questão da forma de descarte. Um sistema
1549 desse produz na faixa de 20 l a 40 l de material, que vai ser retirado a partir do
1550 momento que atinja uma capacidade de até um quarto do sistema. A parte de
1551 como avaliar que atingiu um quarto do sistema. Tem que fazer um pouco da
1552 remoção do material. Questão de eficiência. Nós temos eficiência de 92,4 em um
1553 sistema desse, então é uma alta eficiência, comparada aos sistemas que hoje tem
1554 no mercado, que atingem na faixa de 40% a 60% de eficiência com uma fossa
1555 séptica comum de alvenaria. Custo de projeto, custo de mercado real. Uso do
1556 biofertilizante, o mesmo sistema que eu apresentei, o modelo da Embrapa. A
1557 forma de construção, escavação em forma do sistema mesmo, da caixa.
1558 Geralmente nas partes próximas à residência nós não temos condições de fazer
1559 abertura das valas com máquina. Outra forma de perfuração por maquinário, e
1560 outra forma de construção pode ser não somente em formato contínuo, mas
1561 também em 'L'. E aqui uma outra forma de construção superficial. É bom atentar
1562 para o pessoal que queria utilizar esse sistema na questão de clima da região.
1563 Em regiões mais frias não é indicado, porque pode prejudicar o funcionamento. O
1564 sistema de aproveitamento do biofertilizante, um sistema de bombeamento pode
1565 ser utilizado. Eficiência de 86%. Um custo com sistema de bombeamento de R\$
1566 2.700. Essa apresentação vai ficar disponibilizada. Forma de uso. Para o pessoal
1567 que queria fazer a construção do sistema. No nosso estudo nós temos já as
1568 concentrações de biofertilizantes que vão ser aplicados em cada cultura: pimenta,
1569 milho e frutas cítricas. O que temos experiência em aplicação entre as
1570 concentrações pode passar vai ficar disponível. A fossa ecológica, que é também
1571 conhecida como fossa de evapotranspiração. Um sistema um pouco diferente dos
1572 sistemas que apresentei agora, que são sistemas com funcionamento já fechado,
1573 não tem efluente. Após tratado, vai sair por evapotranspiração. Um desenho
1574 esquemático da sua montagem. As formas de construção: em alvenaria, a forma
1575 de impermeabilização; outra forma de construção, que é uma forma mais
1576 econômica, que a tela e cimento. Você vai chapiscar todo o local escavado e
1577 depois fixar uma tela de galinheiro, depois é chapada uma massa onde você vai
1578 impermeabilizar o ambiente para começar sua construção. Eu só vou dar um
1579 destaque, para poder finalizar, no próximo slide. Esse sistema de bananeira. Em
1580 Ubá e Guidoal, tivemos duas enchentes neste ano, e esse sistema sofreu com
1581 essas duas enchentes. Então hoje eu considero esse tipo de sistema também à
1582 prova de enchentes. Olhem só, após duas enchentes, como ele está. Em pleno
1583 funcionamento, sem problema algum. Só para concluir, eu falei para vocês sobre
1584 a questão de mão de obra, e nós hoje já temos as mulheres fazendo a construção
1585 desses sistemas nas áreas rurais. Essas duas meninas fizeram o curso comigo,

1586 e uma delas hoje faz a construção, faz essa prestação de serviço na sua
1587 localidade, na região de Juiz de Fora. Só um destaque no biodigestor que nós
1588 estamos trazendo para a região. Ricardo, há muito tempo que eu não tenho
1589 contato com você. Nós nos conhecemos em um projeto em Guarani. Foi um
1590 prazer conhecer. Hoje eu falo que na parte de projeto quem me ensinou muito foi
1591 o Ricardo, e no meu primeiro projeto eu dei o nome a ele, através de um dos
1592 projetos que o Ricardo apresentou no Ceavarp, o projeto Água Viva. Então,
1593 Ricardo, muito obrigado por aquela capacitação que você nos deu. Dois dias,
1594 apesar de eu não conseguir participar dos dois dias. Mas tudo que eu aprendi de
1595 projeto e consegui aplicar foi graças àquela sua apresentação. Claro que eu tive,
1596 sim, outras pessoas que auxiliaram, mas a sua capacitação foi fundamental para
1597 que hoje eu consiga elaborar meus projetos. E uso até hoje o seu material. Muito
1598 obrigado por poder ter contribuído com um pouco da experiência. Fica o contato,
1599 e agradeço a oportunidade.” Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Nós temos
1600 poucas questões aqui. Como estamos no evento do ‘Diálogos,’ eu vou
1601 encaminhar duas perguntas apenas e pedir por favor que vocês sejam muito
1602 breves na resposta, considerando que temos aqui itens para serem deliberadas
1603 ainda, e nós já chegamos às 18h. Nós temos duas perguntas. Se existem recursos
1604 financeiros e onde estão para realizar um projeto de tratamento dessas águas
1605 escuras. É uma primeira pergunta que foi encaminhada, pergunta elaborada pelo
1606 Sr. Pedro Teixeira, da Emater. E também uma pergunta sobre a periodicidade de
1607 limpeza do lodo e como é feita essa remoção, no que diz respeito às fossas. Tem
1608 uma outra pergunta, sobre metano. O metano dispersado, dependendo do uso,
1609 se não haveria impacto ambiental, considerando várias unidades utilizando os
1610 sistemas. Não há risco para a família devido à exposição ao gás? E também uma
1611 pergunta sobre referência bibliográfica. Essa sobre referência bibliográfica, eu
1612 solicito à pessoa que encaminhe um e-mail para o Heverson e para Rosa, por
1613 favor. Então é basicamente isso, onde conseguir recursos financeiros, a
1614 periodicidade de limpeza do lodo e se haveria algum risco para as famílias no que
1615 diz respeito à produção do gás metano.” Rosa Carolina Amaral/SEMAD: “A
1616 questão do financiamento eu gostaria que fosse direcionada, eu posso estar
1617 olhando, porque não é minha especialidade. Eu posso estar olhando na diretoria
1618 como está essa questão de recursos para destinação à implantação. E o meu e-
1619 mail é rosa.amaral@meioambiente.mg.gov.br.” Heverson Vieira
1620 Marangon/Centro de Educação Ambiental do Povo do Vale do Rio Pomba:
1621 “Quanto à questão de financiamento, nós temos várias fontes de financiamento
1622 que a sociedade civil pode estar acessando, são os editais tanto nacionais como
1623 internacionais. E hoje o Ceavarp vem buscando recursos. Para vocês terem ideia,
1624 todo ano a gente consegue dois, três projetos através dessas fontes de
1625 financiamento. Neste ano foi um pouco complicado devido à pandemia, e essas
1626 fontes foram mais destinadas à questão de pandemia. E também, por exemplo,
1627 os Comitês de Bacia hoje já estão com a sua Agenda Marrom mais direcionada,
1628 pelo menos no enfoque futuro agora, no próximo ano, mais direcionada para essa

1629 questão do saneamento rural. A outra pergunta é como fazer a limpeza. Pelo
1630 menos no meu curso eu apresento uma ferramenta de fazer essa limpeza. A
1631 periodicidade vai ser de acordo com o sistema. Eu falei muito do sistema de
1632 tambores, não deu para poder abordar os demais. Mas pelo menos no sistema de
1633 tambores eu falei da questão de atingir um quarto da capacidade do primeiro
1634 tanque, que você faz a limpeza. ‘Mas quando vai atingir a capacidade de um
1635 quarto?’ Isso vai depender do uso, se você faz um maior uso, tende a criar essa
1636 camada. Se usa menos, essa camada vai demorar a ser formada. Então isso vai
1637 depender do seu uso.” Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “A última
1638 pergunta é com relação ao gás metano, se haveria algum risco para a família.”
1639 Heverson Vieira Marangon/Centro de Educação Ambiental do Povo do Vale do
1640 Rio Pomba: “A biodegradação da matéria orgânica já vai ocorrer de qualquer
1641 forma, seja ela em uma fossa rudimentar ou exposta lá no terreiro onde for
1642 lançado sobre o solo esse efluente. Então já vai ocorrer. E no sistema só vai estar
1643 concentrado, não vai ser disperso, não tendo problema algum. Essa dispersão no
1644 ambiente, claro que há contaminação, mas de qualquer forma já vai ocorrer essa
1645 biodegradação, e esse gás vai ser disperso no ambiente. Só que no sistema nós
1646 vamos estar fazendo o tratamento, sem haver contaminação do solo e água.
1647 Espero ter respondido. Qualquer coisa, podem entrar em contato, e passo mais
1648 informações.” Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Questões relacionadas a
1649 esse tema podem ser encaminhadas para a diretoria, que serão eventualmente
1650 repassadas também para o Heverson, e a gente consegue com isso aprofundar
1651 com mais detalhes alguns temas. O importante é que nós saímos aqui com
1652 condições de divulgar essas notícias, essas metodologias e também recorrer a
1653 algumas fontes para essa divulgação. Eu gostaria de agradecer muito ao Rafael,
1654 pela oportunidade. Questiono a Fernanda se ela tem alguma consideração a fazer
1655 neste encerramento do ‘Diálogos’.” Fernanda Carla Wasner Vasconcelos:
1656 “Apenas agradecer. Penso que foi um bom momento de experiência, e a diretoria
1657 está à disposição, junto com a Superintendência de Gestão Ambiental, para
1658 qualquer dúvida, esclarecimento dentro do que nós pudermos ajudar com
1659 educação ambiental. Eu agradeço muito a oportunidade.” Presidente Leonardo
1660 Sorbliny Schuchter: “Agradeço também a todos da diretoria e à Subsecretaria de
1661 Gestão Ambiental e Saneamento pelo trabalho desenvolvido e por este momento
1662 do ‘Diálogos com o Sisema’. Dessa forma, eu agradeço muito a participação de
1663 todos, principalmente dos palestrantes, e encerro aqui o ‘Diálogos com o Sisema
1664 2020’, tendo certeza de que outros desdobramentos serão possíveis a partir do
1665 que foi apresentado aqui hoje. Peço aos senhores conselheiros que sejam
1666 multiplicadores dessas ideias, desse debate. Nós temos o registro do YouTube,
1667 que é muito importante, uma outra fonte de divulgação extremamente relevante
1668 também. Muito obrigado a todos.” **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
1669 **EXAME DE RECURSO AO INDEFERIMENTO DE LICENCIAMENTO**
1670 **AMBIENTAL. 8.1) Cemig Geração Sul S/A. PCH Paciência. Barragens de**
1671 **geração de energia Hidroelétricas. Matias Barbosa/MG. PA**

1672 **00355/1999/002/2012. Classe 3. Apresentação: Supram Zona da Mata.**
1673 Processo retirado de pauta com pedidos de vista da Abragel e da Fiemg.
1674 Justificativas. Conselheiro André Garcia Schmidt: “O Parecer Único da Supram,
1675 que acompanha o indeferimento já feito, que relata apresentação de recurso por
1676 parte do empreendedor, no meu entendimento, da Abragel, ele deixa de observar
1677 itens importantes do processo de licenciamento, apresentação de documentos
1678 que comprovam os monitoramentos ambientais, e peca por não analisar a
1679 efetividade da avaliação de desempenho ambiental do empreendimento.”
1680 Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Eu acompanho o pedido de vista da
1681 Abragel, e a justificativa é para entender melhor todo esse trâmite do
1682 acompanhamento das condicionantes, se foram atendidas ou não. Então eu
1683 gostaria de ter acesso a todo o processo para poder formatar a minha convicção
1684 de voto.” **8.2) Prefeitura Municipal de Paiva. Estação de Tratamento de**
1685 **Esgoto - ETE Paiva. Estação de tratamento de esgoto sanitário,**
1686 **interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto. Paiva/MG. PA**
1687 **20805/2012/002/2019. Classe 2. Apresentação: Supram Zona da Mata.**
1688 Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Eu acho que foi boa a apresentação
1689 sobre essa questão de saneamento rural. Eu acho muito importante o trabalho
1690 feito e parabeno o apresentador. Não o conhecia e fiquei entusiasmado com o
1691 assunto. É justamente sobre essa questão. Aqui é um recurso contra
1692 indeferimento de uma estação de tratamento de esgoto de um pequeno município
1693 da região da Zona da Mata. É claro que se tiver algum problema grave na
1694 instrução do processo, de todas as tratativas, mas eu queria um esclarecimento.
1695 Porque o parecer da Supram é resumido, é bem resumido. É claro que o parecer
1696 tem todo um rito para ser executado, não estou questionando aqui essa questão.
1697 Mas, pelo que eu entendi, foi uma questão de tipo de tratamento. E no
1698 licenciamento, eu posso estar enganado, mas, por exemplo, a gente licencia é a
1699 atividade, é o código da DN 217. Se ele vai pôr um as built, um reator de fluxo
1700 ascendente, descendente, eu não sou especialista da área, mas realmente o
1701 projeto proposto pela Prefeitura de Paiva não atende a nenhum requisito
1702 ambiental? Será que não teria jeito de fazer um saneamento nesse processo e
1703 conseguir reverter isso? Porque sabemos das dificuldades das prefeituras, das
1704 grandes prefeituras. Eu vivo aqui em Belo Horizonte, mas acompanho os
1705 Codemas de diversos municípios, de Ubá, de Ponte Nova, de Juiz de Fora. Nós
1706 sabemos das dificuldades técnicas, às vezes, de elaboração de projeto. Nesse
1707 caso aqui, salvo engano, eu li aqui que são para 8 mil habitantes. Então em virtude
1708 até dessa melhoria da questão ambiental esse indeferimento vai trazer melhoria
1709 ou se conseguíssemos uma baixa em diligência para a prefeitura apresentar as
1710 informações que estão faltando no processo, a gente conseguiria reverter essa
1711 situação?” Conselheiro André Garcia Schmidt: “Eu acompanho o entendimento
1712 do Henrique Damásio no sentido de que as prefeituras, talvez municípios como
1713 Paiva, que é abordado aqui neste item 8.2, têm dificuldade de assistência técnica,
1714 de recursos financeiros, inclusive, para conseguir implantar um sistema de

1715 tratamento de efluente. E mediante a etapa de regularização ambiental em que
1716 nos encontramos, o empreendimento, pelo que eu pude entender do parecer, já
1717 se encontra instalado, foi regularizado por AAF e Daia e agora pede para a fase
1718 de operação a regularização na modalidade LAS/RAS. O meu entendimento
1719 particular, que eu trago aqui por meio da Abragel, é de que poderia ter um esforço
1720 da Supram, em conjunto com a prefeitura do município e a consultoria ambiental
1721 que o atendeu, de modo que ajustes técnicos de projeto, de informações de que
1722 a Supram precisa para regularização e também para efetiva operação da ETE
1723 sejam feitos para que ela entre em operação o quanto antes. Nós sabemos que
1724 esse processo indo pelo indeferimento, como está o parecer da SEMAD, e nós
1725 conselheiros aqui concordando com o parecer pelo indeferimento vai atrasar o
1726 início de operação dessa ETE, o que é desfavorável ao meio ambiente e à
1727 proteção dos recursos hídricos. Não estou dizendo aqui que devemos construir
1728 ETE e operá-la de qualquer forma, mas que se ajustes puderem ser feitos – não
1729 tive acesso à íntegra do processo –, se ajustes puderem ser aplicados para que
1730 essa ETE entre em operação o mais rápido possível, eles devem ser feitos.”
1731 Letícia Augusta Faria de Oliveira/Supram Zona da Mata: “A respeito do processo
1732 da ETE Paiva, o indeferimento levou em conta, além de várias divergências entre
1733 as informações apresentadas no próprio processo, descumprimento do termo de
1734 referência. Existe o termo de referência da atividade, que deve ser seguido à risca,
1735 e, diante da apresentação de dados, que não contempla integralmente o que foi
1736 solicitado no termo de referência, o indeferimento é o procedimento entendido
1737 como mais adequado. É um entendimento amplamente difundido, o não
1738 atendimento ao termo de referência ensejaria o indeferimento. Então esse foi um
1739 dos problemas que o processo da ETE Paiva apresentou, que justificou o
1740 encaminhamento dado pela equipe técnica e validado pelos diretores, jurídico e
1741 técnico. E o processo apresenta ainda algumas incongruências e até falta de
1742 informações. O próprio projeto da ETE não foi apresentado, enfim, teve alguns
1743 percalços que ocasionaram o indeferimento. Mas ressalto mais uma vez que o
1744 não atendimento ao termo de referência é o motivo que ensejou o indeferimento,
1745 muito bem respaldado.” Conselheiro André Garcia Schmidt: “Eu entendo as
1746 considerações da Letícia, e isso está claro no parecer da Supram Zona da Mata,
1747 que traz o recurso apresentado pelo indeferimento. Porém, eu insisto, como
1748 cidadão mineiro mesmo, eu não acho que os municípios vizinhos de Paiva ou o
1749 que foi abordado nas apresentações anteriores. A maioria dos municípios não tem
1750 o tratamento adequado de efluentes, e é de extrema importância, falando em
1751 qualidade de recursos hídricos, em preservação dos mananciais e em saúde
1752 pública mesmo, que essa ETE entre, efetivamente, em operação. O que eu coloco
1753 aqui, e o parecer também aborda, é que informações complementares e
1754 adicionais solicitadas pela Supram neste processo LAS/RAS poderiam permitir
1755 que essa gestão da Prefeitura de Paiva possa concluir esse projeto e iniciar a
1756 operação da ETE. Eu tive contato direto com a assessoria ambiental do município,
1757 e a manifestação do Executivo é de concluir, independente de eleições, de nova

1758 gestão, mas concluir neste mandato, concluir neste ano de 2020 esse projeto e
1759 iniciar a operação. Não medirão esforços para completar a documentação e fazer
1760 os ajustes necessários para operar o empreendimento, a atividade.” Conselheiro
1761 Henrique Damásio Soares: “Letícia, obrigado pela sua informação. Como o fluxo
1762 do processo deu uma alterada, principalmente com a entrada do licenciamento
1763 eletrônico, eu acho que hoje não tem mais o Formulário de Orientação Básica e
1764 o FCE, hoje a característica é toda lançada no sistema, eu queria só entender
1765 uma coisa. Primeiro, se existe um termo de referência específico da FEAM ou do
1766 IGAM ou da própria Supram para cada caso de licenciamento de ETE ou é um
1767 termo de referência genérico, daqueles que ficam disponibilizados no site da
1768 SEMAD. Outra coisa, quando o empreendedor solicita, através dessa LAS/RAS,
1769 as informações, esse termo de referência sai como exigência para compor o
1770 processo? Em que fase é apresentado esse termo de referência? O
1771 empreendedor apresenta um projeto conceitual à Supram? Eu estou querendo
1772 entender isso para ver se realmente é uma questão técnica que pode ser sanada
1773 com mais informações ou se realmente é uma questão jurídica do novo sistema
1774 de licenciamento.” Letícia Augusta Faria de Oliveira/Supram Zona da Mata:
1775 “Henrique, respondendo a sua pergunta, quando existe o preenchimento das
1776 características da atividade no sistema eletrônico, é lançada a lista de
1777 documentos que o empreendedor precisará apresentar, de acordo com o
1778 preenchimento que ele fez no FCE Eletrônico. E dentre esses documentos
1779 listados está o termo de referência. Para algumas atividades, realmente é um
1780 termo genérico, para outras há termos bastante específicos. A ETE, por exemplo,
1781 tem um termo específico para a atividade. Eu vou deixar o Alécio falar mais sobre
1782 ele, ele vai ter mais detalhes sobre isso, mas, sim, existe o preenchimento do FCE
1783 Eletrônico, existe uma listagem de documentos que devem compor,
1784 obrigatoriamente, o processo para que seja formalizado. Dentre eles, existe um
1785 termo de referência específico para a atividade de ETE, e esse termo de
1786 referência precisa ser atendido na sua integralidade. Nós entendemos que
1787 quando ele não é atendido ou quando faltam itens ou quando itens vêm
1788 parcialmente atendidos apenas, deixando de fora algumas informações, o
1789 caminho natural desse processo seria realmente o indeferimento.” Alécio Campos
1790 Granato/Supram Zona da Mata: “A respeito do termo de referência, ele é
1791 específico, é gerado a partir do RAS. Tem um termo de referência específico para
1792 preenchimento do empreendedor, e lá tem os requisitos que devem ser
1793 informados todos direitinho. E não se pode deixar nenhum item em branco. E o
1794 que pesa mais, além de muitas questões levantadas aqui no recurso, escrito no
1795 Parecer Único do recurso, um fato relevante que marca o indeferimento desse
1796 processo foi porque o requerente, anterior à formalização do processo, tem que
1797 regularizar, buscar a regularização de todas as intervenções ambientais, seja no
1798 IEF, seja no IGAM. E foi percebido na análise do processo que o empreendimento
1799 tinha que buscar regularização junto ao IGAM, que é pré-requisito para
1800 formalização do processo, e não foi apresentada. E como isso é um pré-requisito

1801 na formalização do processo isso acarretou o indeferimento do processo. Por isso
1802 nem chegamos a solicitar informações complementares.” Conselheiro Henrique
1803 Damásio Soares: “Alécio, obrigado pela sua resposta, mas eu quero trazer para
1804 reflexão dos demais que eu encontrei aqui um ponto que é o seguinte. Como
1805 agora é eletrônico o procedimento, então isso pode vir a ocorrer mais vezes. É
1806 claro que é bem-vindo um sistema eletrônico para dar transparência, publicidade,
1807 segurança, as informações estarem disponibilizadas para todo mundo estar
1808 acessando, o que é um princípio muito importante do licenciamento ambiental. E
1809 aí eu não sei se pode ter tido algum equívoco de lançamento de informação no
1810 sistema, alguma dessa questão que gerou o indeferimento. Eu fico sensibilizado.
1811 Eu sou da Federação das Indústrias, represento o setor industrial. Mas o
1812 município tendo um aterro, uma estação de tratamento de esgoto licenciada, isso
1813 facilita o atrativo de indústrias para a região. Então por isso pegamos as causas
1814 e tentamos sensibilizar todo mundo e ver se pode ter o melhor caminho. Na
1815 verdade, o indeferimento desse processo vai acarretar um custo para a prefeitura,
1816 num momento de pandemia, num momento em que a questão sanitária é tão em
1817 voga. Nós tivemos uma aula aqui de um profissional. E que na prática a estação
1818 já está pronta, e aí ele não vai poder ligar os equipamentos para fazer o tratamento
1819 do esgoto amanhã ou vai ter que demorar mais não sei quanto tempo para estar
1820 saindo uma licença corretiva, assinar um termo de ajustamento de conduta, que
1821 não é uma coisa tão simples. Será se conseguíssemos aqui deliberar um prazo
1822 para a prefeitura apresentar essas informações. Claro respeitando toda a tratativa
1823 suas, eu não quero fazer nenhuma interferência. Enfim, eu estou vendo é o
1824 sentido prático da coisa. Eu acompanho as URCs, acompanho o COPAM já tem
1825 quase dez anos e vejo que os indeferimentos, principalmente de aterro sanitário
1826 e estação tratamento de esgoto, fica uma coisa cartorial, e o meio ambiente, que
1827 está precisando de ser tratado, isso não ocorre. Então eu queria ver se realmente
1828 a gente conseguiria. Eu acho que tem um artigo na DN 217, não sei se seria um
1829 fato superveniente, mas poderia ser feita mais uma solicitação de prazo. Eu queria
1830 ver se tem essa condição de deliberarmos por mais prazo. Salvo engano, eu perdi
1831 aqui o artigo certo da DN 217, que se tiver algum caso, alguma informação a mais,
1832 o órgão poderia ceder mais prazo no sentido de a prefeitura sanar isso junto com
1833 vocês para essa ETE entrar em funcionamento. Esse é um pedido que eu faço, e
1834 gostaria de fazer esse apelo aos demais conselheiros para tentarmos. Porque na
1835 prática quem vai pagar essas taxas de TAC ou da licença corretiva vão ser os
1836 munícipes de Paiva. Enfim, eu gostaria de fazer esse apelo.” Wander José Torres
1837 de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Nós temos que analisar o conceito que foi
1838 formatado para as Licenças Ambientais Simplificadas. Na 20.972/2016, a ótica foi
1839 o seguinte: a simplificação do procedimento e aglutinação dos atos num único
1840 momento da formalização para que essa justa preocupação que o nobre
1841 conselheiro está relatando sobre demora seja sanada. Então é por isso que foi
1842 criado, concebido o Licenciamento Ambiental Simplificada. E para ele,
1843 especificamente, o Licenciamento Ambiental Simplificado, nós temos que as

1844 intervenções ambientais e eventual utilização de recursos hídricos são
1845 pressupostos para a formalização do processo válido. Então no artigo 15 da
1846 Deliberação Normativa 217 você vai encontrar que é pressuposto para a
1847 formalização do processo de LAS, das licenças simplificadas, a regularização das
1848 intervenções ambientais e os recursos hídricos. Só a partir daí que começamos
1849 realmente a avaliar de uma maneira bem mais célere, bem mais simples o
1850 licenciamento ambiental que foi criado e concebido nessa temática. Então a sua
1851 preocupação é justa, claro, mas nós temos aqui o pressuposto normativo, que é
1852 meio que intransponível no sentido de que a regularização do recurso hídrico e
1853 eventual intervenção ambiental são pressupostos para formalização, nesse caso
1854 especificamente, de Licença Ambiental Simplificada. Resolvendo essa questão, o
1855 que vai ser feito junto ao IGAM ou ao IEF, sendo o caso, ele já formaliza o
1856 processo de Licenciamento Ambiental Simplificado com os estudos, conforme o
1857 termo de referência – que nesse caso também não houve essa adequação
1858 necessária –, e aí, sim, se faz uma análise, e ele tem a licença rapidamente. Esse
1859 é o procedimento que eu queria esclarecer para todos.” Letícia Augusta Faria de
1860 Oliveira/Supram Zona da Mata: “A minha fala ia muito na direção do que o Wander
1861 disse sobre a necessidade de termos conhecimento sobre intervenções
1862 ambientais já realizadas. A minha fala ia muito na direção da do Wander de que
1863 precisaríamos ter mais informações no processo para verificar, inclusive, a
1864 questão da necessidade da autorização de intervenção ambiental.” Conselheiro
1865 André Garcia Schmidt: “Considerando o que o gestor do processo e a diretora
1866 técnica Letícia falaram a respeito de autorizações prévias à formalização do
1867 requerimento de LAS/RAS, eu tenho uma observação. Não sei se foi o caso para
1868 este processo, que impediu talvez o empreendedor e o consultor de apresentarem
1869 os cadastros de travessia de córregos, que pela leitura do parecer me parece uma
1870 situação bastante simples. Eu vou ler rapidamente aqui. ‘A rede coletora
1871 atravessa o curso d’água sobre ponte da rua Severino Toledo, com diâmetro de
1872 150 mm, tubo de PVC...’ Então são intervenções, ao que me parece, inclusive,
1873 em área urbana e cadastros eletrônicos no IGAM que deveriam ser apresentados
1874 e que eu tenho conhecimento de uma falta de infraestrutura ainda para
1875 operacionalizar esse sistema eletrônico do IGAM e que portarias, inclusive, são
1876 publicadas no intuito de adiar a data limite para que os empreendedores possam
1877 fazer esse cadastro. Eu falo aqui do Siscad e imagino que seja esse o caso do
1878 cadastro para as travessias mencionadas pela Supram, e o empreendedor cita a
1879 Portaria 48, de que realmente estão dispensados de outorga, mas ele não justifica
1880 a falta do cadastro. Eu tenho conhecimento de falta de infraestrutura de sistema
1881 eletrônico, seja cadastro de uso insignificante ou cadastro de estruturas
1882 hidráulicas, e que isso pode, sim, ter prejudicado o empreendedor no sentido de
1883 apresentar tais informações para a Supram dentro desse processo LAS/RAS. Só
1884 completando, os documentos autorizativos para intervenção ambiental, ao que
1885 tudo indica também no ponto 4 abordado no parecer, o empreendimento foi
1886 regularizado no IEF, obteve as autorizações, e faltou o cadastro junto ao IGAM.”

1887 Conselheira Maria Aparecida Freire da Paz: “Eu passo as palavras do André e do
1888 gestor para levar bem em consideração o momento que as prefeituras estão
1889 vivendo. Até no ano passado foi muito difícil o recurso na prefeitura, a prefeitura
1890 estava passando por muita dificuldade. E eu entendo muito do que o André falou,
1891 que realmente é um momento de pandemia, um momento de muitas
1892 considerações.” Alécio Campos Granato/Supram Zona da Mata: “Eu queria
1893 destacar aqui um ponto que a gente vem falando. Eu entendo que é de suma
1894 importância o tratamento de efluente sanitário como forma de diminuir a
1895 contaminação das águas, só que temos que levar em consideração a isonomia
1896 também. Porque conforme aqui no artigo 15, parágrafo único, da DN COPAM
1897 217/2017, é expresso que qualquer intervenção, não relata se é uma intervenção
1898 simples, se se trata de um cadastro, de uma outorga. Qualquer intervenção tem
1899 que ser adquirida a prévia formalização. Por um princípio de isonomia, nós temos
1900 que fazer o nosso trabalho em cima da isonomia, dentro da lei. Como ele não
1901 apresentou a prévia formalização, mesmo que seja um simples cadastro, não
1902 podemos abrir mão de determinadas informações e legislações para favorecer
1903 nesse sentido de solicitar informações que porventura não seriam solicitadas caso
1904 tivessem sido apresentados esses pré-requisitos. Como esses pré-requisitos não
1905 foram apresentados, não há que se falar em informação complementar.”
1906 Conselheiro André Garcia Schmidt: “Por último só uma reflexão aqui. Foi bem
1907 colocado pelo gestor do processo, Alécio, que esses documentos devem ser
1908 apresentados na formalização do processo, mas eu fico pensando e volto a dizer
1909 que não sei se é esse o caso, mas acontecem situações como essa, em que o
1910 empreendedor precisaria aguardar o sistema para cadastro junto ao IGAM
1911 estabilizar, voltar a operar, para que ele pudesse formalizar o processo. Ele fica
1912 refém da infraestrutura técnica e eletrônica do IGAM para que possa fazer o
1913 cadastro e juntar esse cadastro na formalização ou seria possível um pedido de
1914 informações adicionais durante a análise para que isso fosse juntado ao
1915 processo? Eu penso, inclusive, no próprio Estado, na própria Supram Zona da
1916 Mata, que, mediante uma nova apresentação de documentos, eu não vou dizer
1917 que agora está eliminando um passivo e vai entrar um novo processo de
1918 licenciamento na fila, mas poderia, em situações como essa, chamar o
1919 empreendedor, chamar a consultoria responsável, oficial, notificar, para que
1920 fossem apresentados os documentos. E se num prazo determinado isso não
1921 acontecesse, se não fosse regularizado, aí, sim, partir para o indeferimento. Pelo
1922 que consta do parecer, eu entendi que o empreendedor não foi chamado para
1923 regularizar, ainda que itens importantes deveriam ter sido observados no termo
1924 de referência. Então mantenho o apelo de que estamos no meio de uma
1925 maratona, quase chegando ao final da maratona para regularização de um
1926 empreendimento que vai operar e tratar efluentes de um município. E encerrar
1927 esse processo agora, indeferir o processo de regularização para operação da ETE
1928 é voltar para a linha de largada dessa maratona. Ainda que tenha a promessa de
1929 que a licença simplificada seja mais ágil, nós sabemos dos recursos limitados do

1930 Estado e dos passivos que a Supram tem.” Presidente Leonardo Sorbliny
1931 Schuchter: “Senhores, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos com relação
1932 a esse processo e também não só com relação a esse processo, mas do próprio
1933 procedimento de licenciamento simplificado. Nós temos como necessidade básica
1934 para o licenciamento simplificado a devida instrução processual. Nós só podemos
1935 pedir complementações daquilo que foi basicamente atendido do termo de
1936 referência. Ou seja, o termo de referência é o mínimo que se exige. Então quando
1937 temos uma situação com deficiências no que diz respeito ao atendimento do termo
1938 de referência no licenciamento simplificado, o saneamento dos autos nessas
1939 condições fica realmente o que o Alécio comentou, ele frisou muito bem essa
1940 questão da isonomia. É claro que existe uma sensibilidade e uma intenção da
1941 SEMAD em promover cada vez mais saneamento. Mas no que diz respeito aos
1942 procedimentos nós não podemos abrir mão do princípio da legalidade e também
1943 dos critérios técnicos mínimos que são necessários para a análise, sob pena de
1944 que nós temos que buscar sempre a complementação e a adequação dos
1945 estudos, indefinidamente, em qualquer situação, para viabilizar a concessão das
1946 licenças de atividades de saneamento. Então nós temos que ter um critério
1947 técnico e temos que ter um critério jurídico também. Esse indeferimento não
1948 inviabiliza e em momento algum inviabilizou a formalização de um novo processo.
1949 E também de forma alguma nós estivemos na Supram refratários a qualquer tipo
1950 de solicitação ou auxílio ao município. Pelo contrário, o que nós queremos é que
1951 os municípios nos procurem, antecipadamente, busquem as orientações, a devida
1952 instrução processual, para que os processos possam ser analisados de forma
1953 célere e correta no que diz respeito aos aspectos técnicos, procedimentais e
1954 jurídicos. Mas infelizmente o que acontece é que os municípios ainda não nos
1955 procuram como deveria ser, e com isso acaba tendo um grande número de
1956 processos com problemas técnicos, e não conseguimos às vezes resolver aquele
1957 problema com informação complementar, tendo em vista o grau das deficiências,
1958 o grau das lacunas existentes no procedimento. O parecer elenca todos os pontos
1959 que foram motivo dessa decisão de indeferimento, e eu só ressalto aos senhores
1960 que existe essa sensibilidade, existe essa diretriz interna da SEMAD, e ela é muito
1961 enfática no sentido de nós viabilizarmos ao máximo os processos de saneamento,
1962 mas nós precisamos, proceduralmente, do mínimo, que são o atendimento à
1963 legislação e o atendimento aos requisitos técnicos. Então, infelizmente, em
1964 algumas situações, realmente isso não sendo atendido acaba nos tolhendo
1965 qualquer outro tipo de ação. Eu queria só trazer essas contribuições, porque, volto
1966 a dizer, o nosso interesse sempre será de receber os municípios e orientar os
1967 municípios, viabilizar a concessão das licenças, desde que atendidos os requisitos
1968 que a legislação estabelece. Eu acho que seriam pertinentes esses
1969 esclarecimentos e friso novamente que tanto para o município de Paiva como para
1970 qualquer outro município da nossa Regional, nós estamos aqui e toda a Supram
1971 está à disposição para colaborar antecipadamente, antes da formalização do
1972 processo, e ainda numa fase de elaboração de projeto nós estamos aqui para

1973 auxiliar, para orientar e viabilizar com isso a boa instrução processual. Eu entendo
 1974 que a matéria está bem delineada para julgamento. Ouvimos as considerações
 1975 dos conselheiros e também as respostas da equipe da Supram. E eu vou colocar
 1976 em votação. Não havendo mais nenhuma contribuição para a discussão, eu vou
 1977 colocar o processo 8.2, da Prefeitura Municipal de Paiva, estação de tratamento
 1978 de esgoto, em votação, nos termos do parecer da Supram, que é pelo não
 1979 acolhimento do recurso.” Votos favoráveis ao indeferimento nos termos do
 1980 Parecer Único: Sede, Seinfra, Epamig, SEF, Crea, Prefeitura de Ubá, Faemg,
 1981 Federaminas, AMAJF, Uemg e OAB. Abstenções: Movimento Ecológico e Cultural
 1982 do Vale do Piranga e Univiçosa. Ausências: Seapa, PMMG, MPMG e Associação
 1983 Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga. Votos
 1984 contrários ao indeferimento: SEE, Fiemg e Abragel. Justificativas de votos
 1985 contrários ao Parecer Único e de abstenções. Conselheira Maria Aparecida Freire
 1986 da Paz: “Eu sou contra o parecer da Supram. É devido à situação. Nós estamos
 1987 vivendo um momento atípico. É claro que as prefeituras têm que estar sempre
 1988 dando bons exemplos, o princípio da isonomia, mas o momento que estamos
 1989 vivendo é que faz com que eu vote contra o parecer da Supram.” Conselheiro
 1990 Henrique Damásio Soares: “Eu voto contrário ao parecer da Supram pelos
 1991 motivos já expostos durante a reunião.” Conselheiro André Garcia Schmidt: “Eu
 1992 voto contrário ao parecer da Supram por acreditar que poderíamos dar uma
 1993 solução, um encaminhamento melhor e uma solução mais rápida para a operação
 1994 dessa ETE.” Conselheiro Fernando Cesar Peixoto Dias: “Eu me abstenho por não
 1995 ter apreciado esse empreendimento.” Conselheiro Adonai Gomes Fineza: “Eu me
 1996 abstenho por não ter participado e tido acesso ao processo. Eu recebi ontem, só
 1997 que não tive tempo hábil para poder ler todo o processo.” Presidente Leonardo
 1998 Sorbliny Schuchter: “O resultado da votação é aprovação do parecer da Supram,
 1999 pelo indeferimento, com 11 votos favoráveis, três votos contrários, duas
 2000 abstenções e quatro ausências.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
 2001 **EXAME DE RECURSO AO ARQUIVAMENTO DE LICENCIAMENTO**
 2002 **AMBIENTAL. 9.1) Nova Empreendimentos Imobiliários Riobranquense Ltda.**
 2003 **Residencial Lagoon Ville I. Loteamento de solo urbano para fins exclusiva**
 2004 **ou predominantemente residenciais. Visconde do Rio Branco/MG. PA**
 2005 **00856/2011/004/2015. Classe 3. Apresentação: Supram Zona da Mata.**
 2006 Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Algum destaque? Não visualizo
 2007 nenhum destaque. Informo também que não há inscritos para este item de pauta.
 2008 Início o processo de votação, senhores.” Processo de votação. Votos favoráveis
 2009 ao Parecer Único: Sede, SEE, Seinfra, Epamig, SEF, Crea, MPMG, Prefeitura de
 2010 Ubá, Faemg, Federaminas, Abragel, AMAJF, Uemg, Univiçosa e OAB.
 2011 Abstenção: Fiemg. Ausências: Seapa, PMMG, Movimento Ecológico e Cultural do
 2012 Vale do Piranga e Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio
 2013 Ambiente de Araponga. Justificativa de abstenção. Conselheiro Henrique
 2014 Damásio Soares: “Eu me abstenho em virtude de entender que quando tem
 2015 conflito com o DER e questão de anuência de faixa de servidão fica complicado

2016 para o empreendedor garantir o cumprimento dos prazos.” Presidente Leonardo
2017 Sorbliny Schuchter: “Então de acordo com a nossa contabilização 15 votos
2018 favoráveis, de acordo com o parecer da Supram, nenhum voto contrário, uma
2019 abstenção e quatro ausências. Portanto, mantido o arquivamento do processo de
2020 licenciamento do item 9.1.” **10) ENCERRAMENTO.** Presidente Leonardo Sorbliny
2021 Schuchter: “Neste encerramento, eu quero fazer algumas considerações sobre
2022 alguns apontamentos que foram feitos no chat. A nossa pauta realmente estava
2023 muito extensa no que diz respeito às apresentações. Nós tivemos dentro da nossa
2024 pauta um evento do Sisema, um evento muito importante, e esse evento
2025 realmente precisa ser realizado com calma. Não é usual termos um evento dessa
2026 magnitude nas nossas pautas. Além disso, tivemos apresentação do Regimento,
2027 tivemos a posse, com considerações introdutórias, inclusive da minha parte, o que
2028 realmente alongou muito a nossa reunião. As reuniões normalmente têm uma
2029 outra dinâmica. A depender das matérias, em vários momentos, nós temos muitos
2030 itens a serem deliberados, e hoje tínhamos poucos. E aí é claro que a
2031 complexidade vai variar de acordo com a especificidade de cada caso concreto.
2032 Hoje tivemos três itens, numa próxima reunião teremos mais, certamente, e não
2033 teremos um momento como esse, um evento como esse, não obstante entender
2034 que o evento foi muito importante, muito relevante e também entender que a URC
2035 deve ser, sim, um espaço para esse tipo de debate, para esse tipo de integração
2036 e de compartilhamento de experiências entre os senhores e a sociedade civil. Nós
2037 temos que exercitar cada vez mais isso. É um espaço não só para deliberar sobre
2038 matérias de processo, mas um espaço para reflexão, multiplicação de boas
2039 práticas e o aprimoramento da gestão ambiental, conforme eu disse aqui na
2040 introdução. Então eu agradeço muito a todos, peço desculpas realmente pelo
2041 adiantado da hora, mas tenho certeza de que tivemos aqui uma tarde/noite muito
2042 produtiva. Existe a previsão de uma reunião extraordinária para o dia 24 de
2043 novembro. Eu já deixo todos precavidos, por favor. A convocação será feita
2044 oportunamente. Nós temos matérias a serem deliberadas no que diz respeito a
2045 processos do IEF e alguns outros processos da Supram também. E para os
2046 conselheiros que solicitaram vista eu já os deixo prevenidos com relação a essa
2047 reunião extraordinária e, portanto, quanto à necessidade desse retorno de vista
2048 no próximo mês. Agradeço muito a todos pela paciência. Estamos iniciando aqui
2049 uma nova experiência. Agradeço muito pela paciência, pela compreensão ante as
2050 nossas dificuldades tecnológicas e as nossas dificuldades operacionais, mas
2051 tivemos uma boa reunião, as coisas realmente fluíram muito bem. Agradeço muito
2052 e mais uma vez reforço com os senhores a relevância da função de conselheiro.
2053 Estejam certos dessa relevância.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “Só
2054 para informar aos conselheiros que colocamos no chat o endereço virtual das
2055 nossas reuniões, pedir aos conselheiros que possam se inscrever no nosso canal,
2056 ativar o sininho, dar um like e fazer a divulgação. Nós já temos mais de 1.000
2057 inscritos. E toda vez que acontecer uma reunião de Unidade Colegiada do
2058 COPAM ou do Conselho Estadual de Recursos Hídricos poderão acompanhar ao

2059 vivo as nossas reuniões.” Presidente Leonardo Sorbliny Schuchter: “Muito
2060 obrigado, Vânia e todos da equipe que contribuíram, sempre nos dando todo o
2061 respaldo. Obrigado a toda a equipe da Vânia e a todo o time de BH. Obrigado
2062 também à Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento. Aos palestrantes,
2063 deixo aqui mais uma vez os nossos agradecimentos. Com relação aos processos
2064 em que foram solicitadas vistas, a minha equipe está me prevenindo aqui no
2065 sentido de que será encaminhado o link com o material e depois também o
2066 processo físico aos senhores. Nós vamos entrar em contato para agilizar ao
2067 máximo essa disponibilização para que os senhores possam ter todo o tempo
2068 possível para a melhor análise e para o melhor retorno para a próxima reunião.
2069 Muito bem, senhores, às 19h15, portanto, eu encerro a reunião agradecendo
2070 também a equipe da Supram que esteve aqui conosco até agora. Muito obrigado
2071 a vocês, uma boa noite, até a próxima. Se Deus quiser, em novembro, nos vemos
2072 novamente. Um abraço.”

2073

2074

2075

2076

2077

2078

APROVAÇÃO DA ATA

Leonardo Sorbliny Schuchter
Presidente suplente da URC Zona da Mata